

Handwritten signatures and initials, including "MEX" and "19/10".


Transferências Correntes

Receita

Período : 2013/01/02 - 2013/12/31

Ano : 2013

Página : 1

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classific. Económica	Transferências Obtidas	Observações
DL 144/2008 de 28 de Julho, Contrato execução nº 187/2009 23 Julho	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - GABINETE DE GESTÃO FINANCEIRA	06030199	1.104.438,40	
Despacho 765/2002, Despacho 14460/2008 de 26 de Maio e Despacho 8683/2011 de 28 de Junho	DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO	06030199	501.002,02	
Portarias 128/2009, 294/2010, 164/2011, 33/2013 e 204/2013	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	060307	189.064,49	
Protocolo Cooperação Técnica e Financeira	INSTITUTO DE FINANCIAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PISCAS	06030199	12.200,16	
artº 25, Lei 2/2007, de 15 de Janeiro	DGAL-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030101	3.539.420,00	
artº 25, Lei 2/2007, de 15 de Janeiro	DGAL-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030102	342.903,00	
artº 25, Lei 2/2007, de 15 de Janeiro	DGAL-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030103	574.615,00	
artº 25, Lei 2/2007, de 15 de Janeiro	DGAL-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030199	30.240,00	
Total ...			6.293.916,29	

[Handwritten signatures and initials]

Transferências de Capital

Receita

TRANSFERENCIAS CAPITAL - RECEITA

Período : 2013/01/02 - 2013/12/31

Ano : 2013
Página : 1

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classific. Económica	Transferências Obtidas	Observações
FEDER artº 25, Lei 2/2007, de 15 de Janeiro	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, IP DGAL-DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	10030701 10030101	473.103,21 884.855,00	
Total ...			1.357.958,21	

[Handwritten signatures and initials, including "INCM"]

Subsídios Obtidos

(Não foram obtidos subsídios no presente ano económico)

#0
#1
#2
#3
#4
#5
#6
#7
#8
#9
#10
#11
#12
#13
#14
#15
#16
#17
#18
#19
#20
#21
#22
#23
#24
#25
#26
#27
#28
#29
#30
#31
#32
#33
#34
#35
#36
#37
#38
#39
#40
#41
#42
#43
#44
#45
#46
#47
#48
#49
#50
#51
#52
#53
#54
#55
#56
#57
#58
#59
#60
#61
#62
#63
#64
#65
#66
#67
#68
#69
#70
#71
#72
#73
#74
#75
#76
#77
#78
#79
#80
#81
#82
#83
#84
#85
#86
#87
#88
#89
#90
#91
#92
#93
#94
#95
#96
#97
#98
#99
#100

Activos de Rendimento Fixo

(Não existem rendimentos fixos no presente ano económico)

Handwritten signatures and initials, including "AF", "AB", "MCM", and "A", along with a large circular stamp.

Activos de Rendimento Variável

8.3.5.2 - ACTIVOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

Município de Almeirim

Ano 2013

(designação da autarquia local)

Valor de Mercado	Entidade Devedora	Valor em 1 de Janeiro		Valor em 31 de Dezembro		Juros vencidos e recebidos	Juros vencidos e a receber
		Juros Vencidos	Valor Mercado	Valor Nominal	Valor de Mercado		
A curto prazo							
A médio e longo prazo	AR - Águas Ribatejo, EM, S.A	0,00 €	1.061.893,00 €	1.061.893,00 €	1.061.893,00 €	0,00 €	0,00 €
	TAGUSGÁS	0,00 €	5.520,00 €	5.520,00 €	5.520,00 €	0,00 €	0,00 €
	COTHN LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM	0,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	1.500,00 €	0,00 €	0,00 €
		0,00 €	21.984,65 €	30.084,40 €	30.084,40 €	0,00 €	0,00 €
	A.D.A.I. a)	0,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	0,00 €	0,00 €
Totais			1.091.397,65 €	1.099.497,40 €	1.099.497,40 €		

a) Associação para o Desenvolvimento da Agro-Indústria

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ 2014

[Assinatura]

[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

[Assinatura]

[Handwritten signatures and initials]

Empréstimos

8.3.6.1. - Empréstimos (a)

MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS															Ano:	2013	
M P																	
Município de Almeirim																	
Caracterização do Empréstimo M/L-Prazo (b)	Data de aprovação pela AM	Data de contratação do empréstimo	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Encargos do período			Encargos do período vencidos e não pagos	Dívida no início do período	Dívida no final do período	Observações
				Nº de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	Juros de mora			
Caixa G. Depósitos	24-Abr-98	24-Jun-98	14	27728	4-Ago-98	(N) Investimentos na rede viária	1.246.994,74 €	1.246.994,74 €	4,27%	0,38%	119.745,36 €	491,74 €	120.237,10 €	0,00 €	119.745,37 €	0,01 €	
Caixa G. Depósitos	28-Abr-00	1-Ago-00	12	3176	20-Out-00	(1) Financiamento de obras comparticipadas 0060/001075/991 (QCA III) (1 a)	3.740.984,23 €	3.740.984,23 €	4,91%	0,32%	283.811,78 €	8.234,63 €	292.046,41 €	0,00 €	2.299.381,04 €	2.015.569,26 €	
BPI	30-Mar-03	22-Ago-03	9	2073	3-Out-03	(N) Recuperação e valorização do Cine Teatro de Almeirim	510.260,00 €	510.260,00 €	3,00%	2,32%	28.347,76 €	3.830,39 €	32.178,15 €	0,00 €		311.825,36 €	
BES	29-Set-03	14-Nov-03	9	2944	4-Dez-03	(N) Aquisição de armaduras para a Remodelação Pública do Concelho	89.893,00 €	89.893,00 €	2,92%	2,17%	5.076,32 €	537,17 €	5.613,49 €	0,00 €		50.763,20 €	
Caixa G. Depósitos	29-Abr-04	29-Jun-04	8	1504	8-Set-04	(N) Financiamento de obras previstas no PPI/2005	557.703,00 €	557.703,00 €	2,63%	0,72%	50.043,99 €	5.934,79 €	55.978,78 €	0,00 €		371.305,83 €	
BCP	30-Mai-04	4-Out-04	8	2284	28-Dec-04	(1) Construção do Pavilhão Desportivo de Benfica do Ribatejo. (1 b)	146.862,45 €	146.862,45 €	2,63%	1,92%	8.678,70 €	901,00 €	9.579,70 €	0,00 €		104.989,74 €	
BES	24-Set-04	29-Out-04	8	2752	28-Dec-04	(N) Execução das Ruas António Apostinho e dos Alives em Fazendas de Almeirim	51.488,00 €	51.488,00 €	2,53%	1,91%	4.290,00 €	509,13 €	4.799,13 €	0,00 €		35.758,00 €	
Santander Totta	29-Abr-05	31-Mai-05	7	1555	30-Ago-05	(N) Investimento de obras previstas no PPI/2005	609.602,00 €	609.602,00 €	2,33%	1,71%	35.858,94 €	3.513,17 €	39.372,11 €	0,00 €		430.307,30 €	
Santander Totta	22-Jun-05	28-Jun-05	7	1638	11-Ago-05	(1) Recuperação e valorização edificio do Matadouro/Centro de corte e fabrico de enchidos Tradicionais". (1 c)	201.386,00 €	201.386,00 €	2,27%	1,70%	11.846,24 €	1.157,34 €	13.003,58 €	0,00 €		142.154,80 €	
Santander Totta	22-Jun-05	11-Jul-05	7	1814	7-Out-05	(1) Reabilitação Urbana do Concelho de Almeirim. (1 c)	611.608,25 €	611.608,25 €	2,28%	1,65%	35.976,96 €	2.542,93 €	38.519,89 €	0,00 €		431.723,45 €	
Santander Totta	30-Set-05	7-Out-05	7	2574	24-Nov-05	(N) Financiamento de obras previstas no PPI/2005	153.370,00 €	153.370,00 €	2,30%	1,66%	9.021,76 €	591,78 €	9.613,54 €	0,00 €		108.261,20 €	
BES	30-Jun-06	21-Ago-06	6	1320	7-Ser-06	(N) Financiamento de obras previstas no PPI/2006	771.405,00 €	771.405,00 €	3,79%	1,61%	45.376,76 €	3.219,23 €	48.595,99 €	0,00 €		589.897,96 €	
BES	26-Dec-06	2-Fev-07	1	35	8-Mar-07	(N) Construção da Escola Pré-Primária de Foros e 1ª Fase Circular Urbana	151.823,00 €	151.823,00 €	3,79%	1,61%	8.930,76 €	658,47 €	9.589,23 €	0,00 €		120.565,34 €	
BES	10-Mar-08	29-Mar-08	4	681	17-Ago-08	(N) Reforço Sistema Saneamento do Concelho, Aquisição de terrenos e Construção de Arruamentos em Fazendas de Almeirim	500.000,00 €	500.000,00 €	3,79%	1,87%	29.411,76 €	4.635,58 €	34.047,34 €	0,00 €		441.176,48 €	
Caixa G. Depósitos	30-Abr-09	9-Mai-09	3	1244	28-Ago-09	(N) 3ª Troço da Circular Urbana de Almeirim	176.799,47 €	176.799,47 €	3,79%	2,24%	8.565,53 €	4.121,83 €	12.687,36 €	0,00 €		168.233,94 €	
BANIF	30-Dez-08	17-Jun-09	3	1523	28-Ago-09	(1) Construção do Centro Escolar de Almeirim	434.745,50 €	434.745,50 €	3,79%	2,84%	25.573,26 €	8.875,57 €	34.448,83 €	0,00 €		409.172,24 €	
BPI	30-Jun-09	26-Jul-09	2	1774	13-Nov-09	(N) Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho em Almeirim	261.904,00 €	261.904,00 €	3,26%	3,26%	12.794,55 €	5.845,77 €	18.640,32 €	0,00 €		249.109,45 €	

[Handwritten signatures and initials]

Outras Dívidas a Terceiros

Ano: 2013

Outras Dívidas a Terceiros					
Cod. Conta	Terceiro	Designação	Saldo da Gerência Anterior		Saldo para a Gerência Seguinte
			Devedor	Credor	Devedor Credor
22		FORNECEDORES	-	706.015,89	64.718,56
22.1		Fornecedores c/corrente	-	706.015,89	32.124,98
	11	DUOPNEUS-COMERCIO E ASSISTÊNCIA, LDA	-	1.288,33	-
	111	EQUIPEX-EQUIPAMENTO & MOBILIÁRIO ESCOLAR, LDA	-	1.810,23	-
	112	IMPORQUÍMICA-INDÚSTRIA PORT. PRODUTOS QUÍMICOS	-	275,03	-
	115	IMPRENSA MUNICIPALISTA-CÉSAR C. & FILHOS, LDA	-	2.004,90	-
	119	NCH PORTUGAL - COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, LDA	-	2.988,81	-
	13	BANFER-BANDURRA & FERREIRA, LDA	-	871,08	-
	1300	MADECA - MADEIRAS DE CAXARIAS, LDA	-	2.361,98	-
	138	RAPOSO & ROSA, LDA	-	165,41	105,66
	14	ALMEIDA & COMPANHIA, LDA	-	8.226,77	-
	140	MARECOS, LDA	-	756,68	-
	1434	GIGAINSUFLA - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, LDA	-	7.804,00	-
	145	JCDECAUX PORTUGAL	-	424,78	-
	1481	AUTO REPARADORA COUTINHO & FILHO, LDA	-	114,39	-
	1516	GALÃO PUBLICIDADE, LDA	-	562,11	-
	152	CABENA-CABINAS DE BENAVENTE, LDA	-	383,02	-
	1522	ANABELA RUSSO DA COSTA	-	95,00	-
	1551	MUNICÍPIO DE CORUCHE - CÂMARA MUNICIPAL	-	1.079,25	-
	1599	PASCOAL DE JESUS BENTO DA SILVA	-	26,57	26,57
	161	SECURITAS DIRECT PORTUGAL, LDA	-	2.507,73	342,18
	164	BARBOT-INDÚSTRIA DE TINTAS, S.A.	-	8.422,55	-
	168	JOSÉ MARCELINO GUIA CARVALHO MARMELO	-	2.490,44	-
	1694	CNEMA - CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES E MERCADOS AGRÍCOLAS, S.A.	-	-	1.290,00
	1702	RPINHAL JOALHEIROS, LDA	-	3.747,39	-
	1705	QUITÉRIO & QUITÉRIO, LDA	-	433,95	-
	173	FUJITSU SERVICES	-	-	16,29
	176	PT COMUNICAÇÕES, S.A.	-	5.535,75	-
	179	TECNOGARDEN, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES, LDA	-	1.107,00	-
	1834	BERNER, S.A.	-	187,97	-
	1838	GRESDIAS - COMÉRCIO DE REVESTIMENTOS E PAVIMENTOS, LDA	-	477,35	-
	187	JORTEJO - JORNAIS, RÁDIO E TELEVISÃO, LDA	-	688,80	344,40
	1879	V.I.C.E. - COMÉRCIO ARTIGOS HOTELARIA, LDA	-	107,93	-
	1885	TERQUINTA, ACTIVIDADES TURÍSTICAS, LDA	-	81,15	-
	189	CASA DOS ROLAMENTOS-MARIA M.F. NEVES SIMÕES	-	1.958,40	-
	19	ANDRÉ NEVES DIAS & FILHOS, LDA	-	10.597,62	165,93
	1927	TMN - TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS NACIONAIS, SA.	-	2.834,43	733,07
	193	PANITEJO - SOCIEDADE DE PANIFICAÇÃO DO RIBATEJO, LDA	-	10,72	-
	1983	GPSER, LDA	-	170,58	-
	1991	ECOLEZÍRIA - EMPRESA INTERMUNICIPAL PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM	-	114.628,29	-
	2	AGRO-RIBATEJO, LDA	-	377,86	-
	20	GRAFICA CENTRAL DE ALMEIRIM, LDA	-	-	1.011,06
	2032	ENOR - ELEVÇÃO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA	-	935,32	-
	204	TEPSOL-TÉCNICAS DE PROTECÇÃO SOLAR, LDA	-	357,32	-
	211	CIBLOCO-PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO, LDA	-	4.960,75	-
	2110	BELTRÃO COELHO EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, LDA	-	-	231,00
	214	SCHREDER ILUMINAÇÃO, S.A.	-	8.988,09	-
	2167	SEGURDOG - SEGURANÇA PRIVADA, LDA	-	7.737,60	-
	2218	OURO NEGRO-COMBUST.LUBRIF., UNIP., LDA	-	4,00	-
	2236	I.S.B. PNEUS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	-	2.884,13	-
	2285	SECIL-BRITAS, S.A.	-	6.537,95	-
	23	AMILCAR RIBEIRO AMADO	-	338,65	-
	2345	FOOTKART - ESCOLA DE FUTEBOL E KARTING	-	-	2.250,00
	235	BASRIO-METALOMECANICA E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, S.A.	-	1.068,28	-
	238	A.LOGOS - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENV. DE ACESSORIA E ENSAIOS TÉCNICOS	-	14,76	-
	2381	SCALSTAND - OPTIMIZAÇÃO DE ESPAÇOS, LDA	-	8.025,75	-
	2383	FARMÁCIA CENTRAL DE ALMEIRIM - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	-	98,80	-
	2416	SOFIA TERESA TOMÉ CASTELO DA SILVA	-	8.551,29	-
	2419	C.C.S.-CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A.	-	210,00	-
	2425	MARTINS & REIS - HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, LD*	-	9.326,94	-
	247	ETA - CE, LDA	-	209,10	-
	248	FABRIGIMNO-FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE DESPORTO, LDA	-	479,70	-
	25	AS CORTES-LIVRARIA E PAPELARIA, LDA	-	1.010,74	18,00
	2526	SOLNUTRI-RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, LDA	-	1.599,19	-
	2560	LUÍS FILIPE INÁCIO LOPES	-	1.404,60	-
	2565	OURO NEGRO - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, SA	-	8.314,90	-
	2577	ESPAÇO MECÂNICO - COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIP. DE TERRAPLANAGEM, S.A.	-	200,56	-
	2640	SCALAREIAS, LDA	-	1.344,40	261,29
	2642	ÁGUAS SÃO SILVESTRE, S.A.	-	290,63	-
	265	O MIRANTE-JORNAL DA REGIÃO DO RIBATEJO	-	9.206,55	-
	2656	TERRA DE LINHO - LIVROS MARKT. E CONSULTADORIA DE COMUNICAÇÃO UNIPESSOAL LDA	-	600,00	-
	2671	BÚZIOS - ASSOCIAÇÃO DE NADADORES SALVADORES DE CORUCHE	-	8.807,83	-
	271	RADIO COMERCIAL DE ALMEIRIM, LDA	-	5.521,74	-
	273	ELECTRO ANDALUZ-FERREIRA & BATISTA, LDA	-	68,87	-
	2735	EXACLEAN PORTUGAL, LDA	-	7.539,78	-
	2751	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZIRIA DO TEJO	-	-	106,10
	276	SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES	-	7.966,39	-
	2770	INITIAL PORTUGAL - SERVIÇOS DE PROTECÇÃO AMBIENTAL, UNIPESSOAL, LDA	-	1.036,69	-
	2774	RIBACER, LDA	-	57,71	-
	2781	Linde Portugal, Lda	-	66,79	-
	2799	ROXO - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLOS, LDA	-	1.306,67	-
	2802	TECNOSPIE, S.A.	-	2.227,14	-
	2804	SALVADOR VENANCIO DE ALMEIDA SANTOS	-	294,00	294,00
	2808	AR - ÁGUAS DO RIBATEJO, EIM	-	-	5.075,74
	2819	A.R.MONTALVO & ASSOCIADOS -SOCIEDADE DE ADVOGADOS, R.L.	-	-	13.488,67
	2820	DIGITAL SOLUTION, LDA	-	8.539,70	-
	284	PORTO EDITORA, LDA	-	5.736,32	-
	2843	SECURITAS-SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE SEGURANÇA, S.A.	-	801,81	-
	287	ARMAZÉNS BECO-RODRIGUES, NUNES & FERRAIA, LDA	-	827,96	-
	2908	FRANCISCA DOS SANTOS ISIDORO INÁCIO	-	100,00	-
	2924	ISISOM - PRODUÇÃO DE ACTIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS, LDA	-	750,00	-
	294	SIMOPÊÇAS-COMPONENTES PARA VIATURAS LIMPEZA URBANA, LDA	-	9.348,08	-
	295	ANTÓNIO CONCEIÇÃO PISCO	-	186,96	-

Outras Dívidas a Terceiros						
Cod. Conta	Terceiro	Designação	Saldo da Gerência Anterior		Saldo para a Gerência Seguinte	
			Devedor	Credor	Devedor	Credor
	2957	PAULETRONICA - COMERCIO DE MATERIAL ELECTRONICO, LDA	-	159,27	-	-
	3001	BETUMEX - SOCIEDADE TRANSFORMADORA DE BETUMES, LDA	-	1.694,29	-	-
	3007	ÁREA VIRTUAL - CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA	-	2,03	-	-
	3032	FPWS - GESTÃO DE INFORMAÇÃO FUTSAL PORTUGAL, UNIPessoal LDA	-	2.000,00	-	2.000,00
	3033	CONSTRULINK - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	-	1.784,75	-	-
	3067	A.P. SERVIÇOS	-	73,00	-	-
	3072	ANTÓNIO NUNES MARQUES	-	1.433,24	-	-
	309	A.G.CLIMA-CLIMATIZAÇÃO RACIONAL, LDA	-	183,76	-	21,48
	3105	LUCKY DUCKIES, PRODUÇÕES-ESPECTÁCULOS, UNIPessoal, LDA	-	676,50	-	-
	3109	JOÃO FARINHA MARGARIDO CHAMIÇO	-	1.179,81	-	-
	3128	FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS CONFRARIAS GASTRONOMICAS	-	1.500,00	-	-
	3154	SIGNIFICADO - CONSULTORIA, FORMAÇÃO E INFORMÁTICA, LDA	-	11.463,90	-	-
	3156	SANTO ANDRÉ MULTI-SERVICES, LDA	-	6.937,07	-	-
	316	ISUVOL-COMÉRCIO PEÇAS E ACESSÓRIOS-AUTO, LDA	-	5.145,16	-	-
	3167	2045 EMPRESA DE SEGURANÇA, S.A.	-	738,00	-	-
	3178	CAMPOS MÓVEL, S.A.	-	3.500,43	-	-
	3179	ARQUIVANDUS, LDA	-	615,00	-	-
	3186	GOLDENSIDE - EVENTOS E PUBLICIDADE, LDA	-	216,00	-	171,00
	319	SILVA & BERNARDO, LDA	-	647,42	-	-
	3192	ENCHERIM - COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ENCHIDOS ALMEIRIM, CRL	-	205,94	-	528,90
	32	MICROJOVEM INFOMÁTICA, LDA	-	1.608,62	-	-
	3202	ENGITARGET - GESTÃO, PROJECTOS E FISCALIZAÇÃO DE EMPREENHIMENTOS, LDA	-	18.413,10	-	-
	323	MARIA EMÍLIA RAMOS - REPRESENTAÇÕES EDITORIAIS	-	8.614,02	-	-
	3265	COMPANHIA DE SEGUROS AÇOREANA, S.A.	-	-	-	108,02
	3272	EXPOCERTAME - PUBLICIDADE E DESIGN, LDA	-	1.523,80	-	-
	3273	G3P TECHNOLOGIES, INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO LDA	-	671,58	-	-
	3276	ESPIRAL DE LETRAS - PUBLICIDADE E EVENTOS, LDA	-	4.428,00	-	-
	3277	CARLOS MANUEL AFONSO FIGUEIRA	-	66,50	-	-
	3283	CHAVE D OURO - ESPECTÁCULOS, LDA	-	278,00	-	-
	3284	CONSTRUCOES J.J.R. & FILHOS, S.A.	-	73.230,31	-	-
	3285	MARIA CLOTILDE DE OLIVEIRA BAPTISTA	-	850,00	-	1.100,00
	3298	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, S.A.	-	11.393,31	-	885,83
	330	ELECTROTEJO - ELECTRICIDADE E COMUNICAÇÕES, LDA	-	2.329,44	-	-
	3307	BIODESIGN - ARQUITECTURA PAISAGISTICA, PLA. E CONSULTADORIA AMBIENTAL LDA	-	6.027,00	-	6.027,00
	3327	VIVEISIL-UNIPessoal, LDA	-	2.841,30	-	-
	3333	ANDRE MESQUITA - AUTOMÓVEIS, SOCIEDADE UNIPessoal, LD*	-	372,55	-	-
	3349	CHEMZ - TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOQUÍMICA LDA	-	2.189,40	-	-
	3367	JOSÉ VENTURA & FILHOS - COMÉRCIO DE MADEIRAS ,LDA	-	70,00	-	-
	3376	ARQUIJARDIM, S.A.	-	369,00	-	-
	3389	APLAUDESUCESSO - UNIPessoal, LDA	-	214,02	-	-
	3394	SERVISAN - PRODUTOS DE HIGIENE, S.A.	-	229,37	-	-
	3405	FREDERICO NORTISTA-COMÉRCIO DE PLANTAS ORNAMENTAIS	-	1.081,65	-	-
	3408	SÃO BERNARDO - MULTISERVICES, LDA	-	18.677,14	-	-
	3417	QUIMIJOL - PRODUTOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL, LDA	-	73,80	-	-
	3419	SISIP - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS, LDA	-	2.024,58	-	-
	3421	DÍALOGO INTENSO, LDA	-	246,00	-	-
	3423	LEYA, S.A.	-	1.098,55	-	-
	3462	FARMACIA MENDONÇA, DE MARIA D ASSUNÇÃO R. SOUSA E SILVA, UNIP., LDA	-	-	-	69,95
	35	OPTIVIRO-COMÉRCIO E INDUSTRIA DE VIDROS, LDA	-	119,41	-	-
	3505	ANDRÉIA FERREIRA	-	-	-	45,00
	3523	COMPLEXTUNN	-	-	-	277,09
	356	CARLOTA & PIEDADE - MÁRMORES E GRANITOS, LDA	-	36,90	-	-
	3580	Exuvent - Soluções Globais De Manutenção	-	-	-	166,05
	36	M.M. TEIXEIRA, LDA	-	171,66	-	-
	37	NOVA RECTIFICADORA DAVID & JOSÉ, LDA	-	202,95	-	-
	381	CIRCULO DE LEITORES	-	137,84	-	-
	40	VENTÉCNICA-VENDA DE EQUIPAMENTOS ESCRITÓRIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, LDA	-	241,20	-	-
	401	PLASTIAGRO - MARIA NOÉMIA MAURÍCIO, COMÉRCIO DE ARTIGOS PLÁSTICOS, LDA	-	4.047,06	-	-
	415	SAL & MIRANDA, LDA	-	3.771,10	-	-
	417	AGROVINAL-PRODUTOS PARA AGRICULTURA, LDA	-	5.797,89	-	-
	433	MICROMINEIRO, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÕES, LDA	-	36,90	-	-
	436	PT PRIME-SOLUÇÕES EMPRESARIAIS TELECOM. E SISTEMAS,SA.	-	7.372,28	-	-
	442	CERTOMA - COMÉRCIO TÉCNICO DE MÁQUINAS, LDA	-	607,62	-	-
	455	CORTE E QUINAGEM,LDA - JORGE MARQUES	-	691,33	-	-
	469	THYSSEN KRUPP ELEVADORES, S.A.	-	659,37	-	-
	499	JOSÉ LUIS E. MELO	-	30,75	-	-
	51	EDP-SERVIÇO UNIVERSAL, S.A.	-	8.062,62	-	-
	518	LUSOANA-SOM E LUZ PROFISSIONAL, DE RICARDO ISIDRO CLAUDIO CRUA	-	5.454,96	-	-
	519	REMSA-ALUGUER DE MAQUINAS,LDA	-	28.687,20	-	-
	560	METALOMECÂNICA-JOÃO MANUEL VINAGRE FIGUEIREDO & FILHOS, LDA	-	1.130,37	-	-
	563	ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.	-	100,36	-	-
	568	CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.	-	717,36	-	-
	570	DESTACAMENTO TERRITORIAL DE SANTARÉM	-	3.587,44	-	-
	6	J.J.ARTES GRÁFICAS, LDA	-	1.616,78	-	-
	64	SANTA CASA MISERICÓRDIA DE ALMEIRIM	-	4.457,27	-	-
	657	NERSANT-ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL REGIÃO SANTARÉM	-	4.053,50	-	-
	698	SIFUCEL - SÍLICAS, S.A.	-	62,29	-	-
	7	PRONTO PEÇAS, DE CESAR LOURENÇO PRONTO	-	1.117,07	-	-
	70	CARMO & APOLINÁRIO, LDA	-	294,09	-	-
	719	PÚBLICO - COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A.	-	184,50	-	-
	73	NEVES OLIVEIRA & FILHOS, LDA	-	-	-	215,25
	746	SPDAD SOC. PORTUGUESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS DE DESPORTO UNI. LDA	-	35,29	-	35,29
	764	MADEIROPLACA - SOCIEDADE COMERCIAL AGLOMERADOS DE MADEIRAS, LDA	-	118,74	-	-
	8	CECOMETAL-CENTRO COMERCIAL DE METAIS, LDA	-	14.484,14	-	97,99
	822	RANCHO FOLCLÓRICO DA CASA DO POVO DE ALMEIRIM	-	2.590,00	-	-
	825	RANCHO FOLCLÓRICO "OS CAMPONESES DA RAPOSA"	-	400,00	-	-
	828	RANCHO VELHA GUARDA DO FOLCLORE DE FAZENDAS DE ALMEIRIM	-	800,00	-	-
	89	VITOR MANUEL PROA NUNES	-	84,87	-	-
	91	TRINDADE ELECTROTÉCNICA, LDA	-	9.195,49	-	-
	93	RODOVIÁRIA DO TEJO,S.A.	-	47.376,20	-	-
	98	RESOPRE-SOCIEDADE REVENDEDORA APARELHOS PRECISÃO, S.A.	-	12.514,21	-	-
	99	DESINFECÇÕES SUL TEJO, LDA	-	2.393,58	-	-
		Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	-	-	-	32.596,58
	119	NCH PORTUGAL - COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, LDA	-	-	-	266,16
	14	ALMEIDA & COMPANHIA, LDA	-	-	-	492,00
	189	CASA DOS ROLAMENTOS-MARIA M.F.NEVES SIMÕES	-	-	-	139,83
	2671	BÚZIOS - ASSOCIAÇÃO DE NADADORES SALVADORES DE CORUCHE	-	-	-	654,90
	2735	EXACLEAN PORTUGAL, LDA	-	-	-	250,58
22.8						

Outras Dívidas a Terceiros						
Cod. Conta	Terceiro	Designação	Saldo da Gerência Anterior		Saldo para a Gerência Seguinte	
			Devedor	Credor	Devedor	Credor
26 26.1 26.1.1	2751	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZIRIA DO TEJO	-	-	-	108,50
	3279	QUITERIO - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA	-	-	-	829,51
	3403	GERTAL - COMP. GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, SA.	-	-	-	21.488,95
	401	PLASTIAGRO - MARIA NOÉMIA MAURÍCIO, COMÉRCIO DE ARTIGOS PLÁSTICOS, LDA	-	-	-	30,68
	659	SUPERTEJO - SUPERMERCADOS DO TEJO, LDA	-	-	-	5.392,10
	7	PRONTO PEÇAS, DE CESAR LOURENÇO PRONTO	-	-	-	169,04
	79	HILTI(PORTUGAL)-PRODUTOS E SERVIÇOS, LDA	-	-	-	442,83
	8	CECOMETAL-CENTRO COMERCIAL DE METAIS, LDA	-	-	-	43,00
	91	TRINDADE ELECTROTÉCNICA, LDA	-	-	-	2.106,65
	93	RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.	-	-	-	191,85
		OUTROS DEVEDORES E CREDORES	-	273.645,89	-	99.650,62
		Fornecedores de imobilizado	-	273.645,89	-	99.650,62
		Fornecedores de imobilizado, c/c	-	190.621,63	-	41.292,00
	111	EQUIPEX-EQUIPAMENTO & MOBILIÁRIO ESCOLAR, LDA	-	1.822,52	-	-
	119	NCH PORTUGAL - COMÉRCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, LDA	-	480,82	-	-
	120	EYSSA TESIS-TÉCNOLOGIA DE SISTEMAS ELECTRÓNICOS, S.A.	-	-	3.011,04	-
	1312	MARIA TERESA DO ROSÁRIO BATISTA & FILHOS LDA	-	-	-	42.504,62
	1326	SONDALIS - CAPTAÇÃO DE ÁGUA, LDA	-	9.975,30	-	-
	1373	CONSTRUÇÕES CRUZ & SIMÕES, LDA.	-	2.353,47	-	1.798,41
	14	ALMEIDA & COMPANHIA, LDA	-	4.415,70	-	-
	1650	CONSTRUÇÕES TORRÃO, DE SÉRGIO FERNANDES TORRÃO	-	7.600,45	-	-
	1705	QUITÉRIO & QUITÉRIO, LDA	-	734,67	-	-
	1766	SORICRAL, LDA	-	2.052,56	-	-
	189	CASA DOS ROLAMENTOS-MARIA M.F.NEVES SIMÕES	-	1.720,16	-	-
	211	CIBLOCO-PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO, LDA	-	1.245,38	-	-
	218	MPF-PROJECTOS DE ELECTRICIDADE, LDA	-	738,00	-	-
	2799	ROXO - COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLOS, LDA	-	1.311,01	-	-
	2820	DIGITAL SOLUTION, LDA	-	2.521,50	-	-
	2824	TECNEL - ELECTRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES, LDA	-	4.328,73	-	-
	291	TECNIAMPER-COMÉRCIO E REPARAÇÃO VEÍCULOS E PEÇAS, LDA	-	4.684,66	-	-
	294	SIMOPEÇAS-COMPONENTES PARA VIATURAS LIMPEZA URBANA, LDA	-	974,16	-	-
	296	DIGIMÚSICA, LDA	-	3.100,80	-	-
	30	JOSÉ MANUEL DA SILVA FIDALGO	-	4.873,26	-	-
	3168	VÍTOR HUGO - COORDENAÇÃO E GESTÃO DE PROJECTOS, S.A.	-	37.370,43	-	-
	3170	SANTÉCNICA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, LDA	-	3.418,10	-	-
	32	MICROJOVEM INFOMÁTICA, LDA	-	521,52	-	-
	3200	ESTORIL MONTE - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA	-	23.090,10	-	-
	3248	BRICANTEL - COMÉRCIO DE MATERIAL ELECTRICO DE BRAGANÇA	-	2.859,75	-	-
	330	ELECTROTEJO - ELECTRICIDADE E COMUNICAÇÕES, LDA	-	5.412,00	-	-
	3411	TNL - SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS AMBIENTAIS, LDA	-	4.816,68	-	-
	41	NAXOL-COMÉRCIO EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO	-	511,43	-	-
	444	RUI MANUEL FAUSTINO PEREIRA VERÍSSIMO	-	845,01	-	-
	467	ELECTRODOMÉSTICOS SERRA, LDA	-	180,00	-	-
	483	MENDES - TRANSPORTES, S.A.	-	251,73	-	-
	528	TELETEJO-TELECOMUNICAÇÕES DO RIBATEJO, LDA	-	9.765,43	-	-
	617	ANTÓNIO JOSÉ GONÇALVES FLAUSINO	-	6.695,46	-	-
	70	CARMO & APOLINÁRIO, LDA	-	1.230,00	-	-
	73	NEVES OLIVEIRA & FILHOS, LDA	-	2.705,51	-	0,01
	8	CECOMETAL-CENTRO COMERCIAL DE METAIS, LDA	-	8.933,89	-	-
	91	TRINDADE ELECTROTÉCNICA, LDA	-	369,00	-	-
	93	RESOPRE-SOCIEDADE REVENDEDORA APARELHOS PRECISÃO, S.A.	-	26.712,41	-	-
		Fornecedores de locação financeira	-	83.024,26	-	56.777,82
		Fornecedores de locação financeira - contratos	-	83.024,26	-	56.777,82
		Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	-	-	-	1.580,80
	14	ALMEIDA & COMPANHIA, LDA	-	-	-	1.580,80
26.1.2						
26.1.2.1						
26.1.8						
Total				979.661,78	-	164.369,18

[Handwritten signatures and initials]

Relatório de Gestão

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including what appears to be a large signature and several smaller ones.

1 – INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é um documento que evidencia a situação económica e financeira, relativa ao exercício económico, espelhando a eficiência na utilização dos meios afectos ao desenvolvimento das actividades do Município e à eficácia na realização dos objectivos inicialmente aprovados, utilizando para o efeito a informação orçamental e patrimonial.

De acordo com o estipulado na alínea i) do número 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas, referentes ao ano de 2013, tendo em vista o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do número 2, do artigo 25º da citada Lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos de tutela da Administração Pública Central.

Os documentos, para além dos fins de controlo enunciados, são essenciais para aferir a qualidade da gestão municipal, pela avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia na afectação de recursos aos objectivos realizados.



2 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da execução orçamental consolida o desenvolvimento das acções necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objectivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

A actividade desenvolvida ao longo do ano em apreciação reflectiu-se nas seguintes taxas de execução:

Na execução orçamental foi atingida uma taxa de 87.50% na receita incluindo o saldo da gerência anterior, e de 81,43% na despesa, correspondendo a um montante de 15.811.940,21 euros e 14.709.763,04 euros, respectivamente, transitando para a gerência seguinte um saldo de 1.102.177,17 euros.

2.1 – ORÇAMENTO

O orçamento municipal é um documento de elevada importância, onde são previstas todas as receitas que a autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar no ano civil, sendo um documento essencial na gestão diária da autarquia. No entanto, tratando-se de um documento previsional, está sujeito a possíveis alterações ou revisões orçamentais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, fazendo face a eventuais realidades que possam surgir.

Durante o ano de 2013, foram efectuadas, uma revisão e 38 modificações ao Orçamento.

SITUAÇÃO FINANCEIRA A 31 DEZEMBRO 2013

(Unidade em €)

ORIGEM DE FUNDOS			APLICAÇÃO DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.392.190,08 €	15,13%			
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
Impostos directos	2.883.360,15 €	18,24%	Despesas com o pessoal	4.285.763,01 €	27,10%
Impostos indirectos	74.155,16 €	0,47%	Aquisição de bens e serviços	6.214.101,00 €	39,30%
Taxas, multas e outras penalidades	115.260,69 €	0,73%	Juros e outros encargos	118.120,09 €	0,75%
Rendimentos de propriedade	753.324,88 €	4,76%	Transferências correntes	1.331.431,68 €	8,42%
Transferências correntes	6.293.916,29 €	39,80%	Subsídios	189.562,60 €	1,20%
Vendas de bens e serviços correntes	1.047.245,05 €	6,62%	Outras despesas correntes	43.678,26 €	0,28%
Outras receitas correntes	185.411,51 €	1,17%			
Soma das receitas correntes	11.352.673,73 €	71,80%	Soma das despesas correntes	12.182.656,64 €	77,05%
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
Venda de bens de investimento	2.210,00 €	0,01%	Aquisição de bens de investimento	1.570.592,68 €	9,93%
Transferências de capital	1.357.958,21 €	8,59%	Transferências de capital	169.862,75 €	1,07%
Activos financeiros	0,00 €	0,00%	Activos financeiros	8.099,75 €	0,05%
Passivos financeiros	687.703,37 €	4,35%	Passivos financeiros	775.357,67 €	4,90%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	Outras despesas de capital	3.193,55 €	0,02%
Soma das receitas de capital	2.047.871,58 €	12,95%	Total das despesas de capital	2.527.106,40 €	15,98%
OUTRAS RECEITAS					
Reposições não abatidas nos pagamentos	19.204,82 €	0,12%	SALDO P/GERÊNCIA SEGUINTE	1.102.177,17 €	6,97%
TOTAL GERAL	15.811.940,21 €	100,00%	TOTAL GERAL	15.811.940,21 €	100,00%

2.1.1 – ORÇAMENTO DA RECEITA

O Orçamento inicial de 2013 apresentou um valor de 15.185.000,00 € para a dotação prevista, do qual 12.476.494,95 € correspondiam a Receitas Correntes, 2.683.505,05 € a Receitas de Capital e 25.000,00 € de Outras receitas.

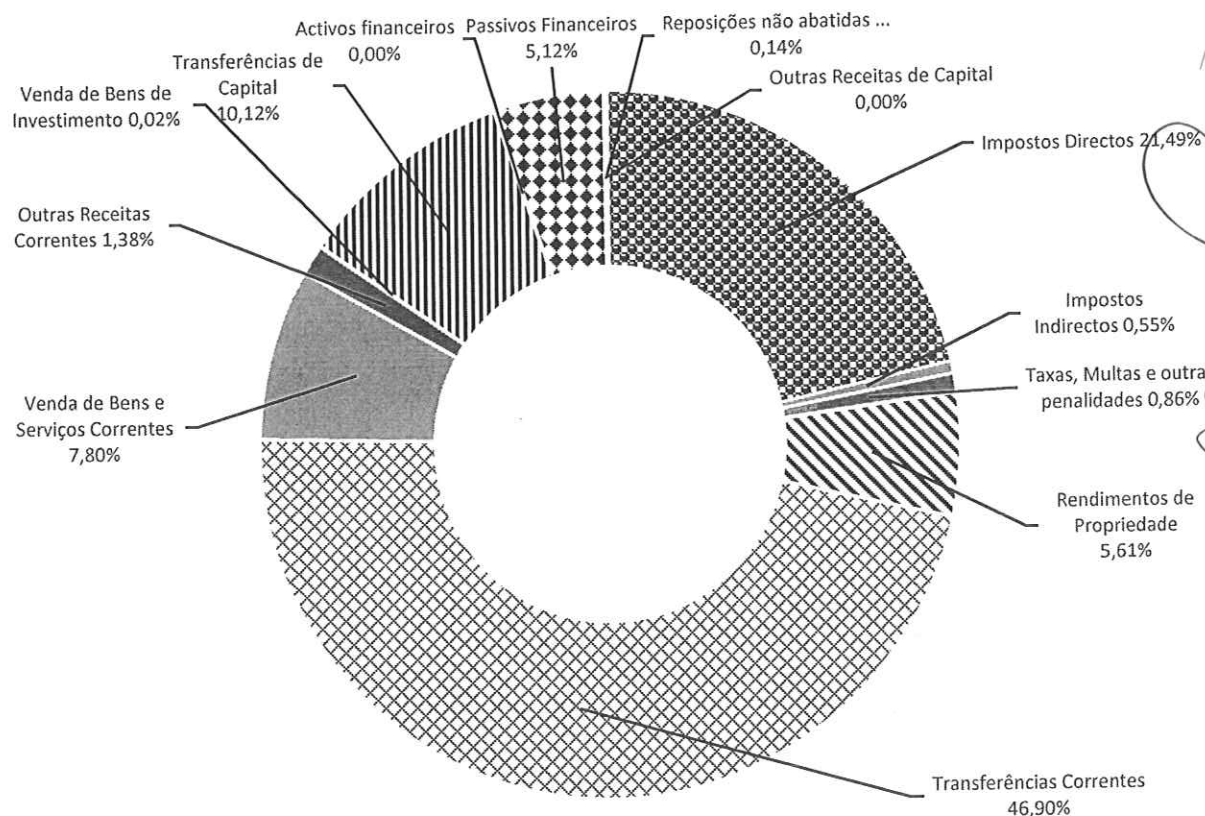
A execução orçamental da receita atingiu os 87,50 % correspondendo a 15.811.940,21 €, em que da sua totalidade 71,80 % (11.352.673,73 €) correspondem à execução das receitas correntes, 12,95 % (2.047.871,58 €) às receitas de capital e 15,25 % (2.411.394,90 €) a outras receitas (incluindo o saldo da gerência anterior).

Verificou-se um aumento significativo das receitas correntes em relação ao ano anterior em cerca de 14,14 %, e um decréscimo das receitas de capital em cerca de 55,62%, contribuindo para a redução geral das receitas de 8,11%.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including "TE", "Ag", "MAY", and others.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS

Designação	2013	% Total	% Parcial	2012	% Total	% Parcial	% Total
Receitas Correntes							
Impostos Directos	2.883.360,15 €	21,49%	25,40%	2.354.411,00 €	16,12%	23,67%	22,47%
Impostos Indirectos	74.155,16 €	0,55%	0,65%	238.669,05 €	1,63%	2,40%	-68,93%
Taxas, Multas e outras Penalidades	115.260,69 €	0,86%	1,02%	69.188,43 €	0,47%	0,70%	66,59%
Rendimentos de Propriedade	753.324,88 €	5,61%	6,64%	738.969,42 €	5,06%	7,43%	1,94%
Transferências Correntes	6.293.916,29 €	46,90%	55,44%	5.271.283,76 €	36,09%	53,00%	19,40%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.047.245,05 €	7,80%	9,22%	979.663,95 €	6,71%	9,85%	6,90%
Outras Receitas Correntes	185.411,51 €	1,38%	1,63%	294.221,39 €	2,01%	2,96%	-36,98%
Total Receitas Correntes	11.352.673,73 €	84,60%	100,00%	9.946.407,00 €	68,11%	100,00%	14,14%
Receitas Capital							
Vendas de Bens de Investimento	2.210,00 €	0,02%	0,11%	20.267,26 €	0,14%	0,44%	-89,10%
Transferências de Capital	1.357.958,21 €	10,12%	65,69%	3.910.224,95 €	26,77%	83,95%	-65,27%
Activos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00%	1.787,50 €	0,01%	0,04%	100,00%
Passivos Financeiros	687.703,37 €	5,12%	33,27%	695.308,62 €	4,76%	14,93%	-1,09%
Outras receitas de Capital	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%	
Reposições Não Abatidas ao Paga/to	19.204,82 €	0,14%	0,93%	30.150,16 €	0,21%	0,65%	-36,30%
Total Receitas Capital	2.067.076,40 €	15,40%	100,00%	4.657.738,49 €	31,89%	100,00%	-55,62%
Total Geral	13.419.750,13 €	100,00%		14.604.145,49 €	100,00%		-8,11%



As Receitas Correntes representam uma base elevada no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis para o funcionamento do Município, verificando-se uma execução de 91,00 % em relação às previsões corrigidas.

Composição	Previsões Corrigidas	Valor Executado	Taxa Execução
Receitas Correntes			
Impostos Directos	3.398.233,00 €	2.883.360,15 €	84,80%
Impostos Indirectos	170.772,00 €	74.155,16 €	43,40%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	248.376,00 €	115.260,69 €	46,40%
Rendimentos de Propriedade	752.649,00 €	753.324,88 €	100,10%
Transferências Correntes	6.454.773,00 €	6.293.916,29 €	97,50%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	1.161.491,95 €	1.047.245,05 €	90,20%
Outras receitas Correntes	290.200,00 €	185.411,51 €	63,90%
Total Receitas Correntes	12.476.494,95 €	11.352.673,73 €	91,00%

As receitas correntes apresentam uma estrutura semelhante à do exercício anterior, sendo as transferências Correntes as que maior peso detém, representando 55,44 % do total deste tipo de receitas, seguindo-se os Impostos Directos com 25,40 % e a Venda de bens e Serviços Correntes com 9,22 %.

Os Impostos Directos, sendo uma das principais origens das receitas municipais, apresentam uma taxa de execução de 84,80 %.

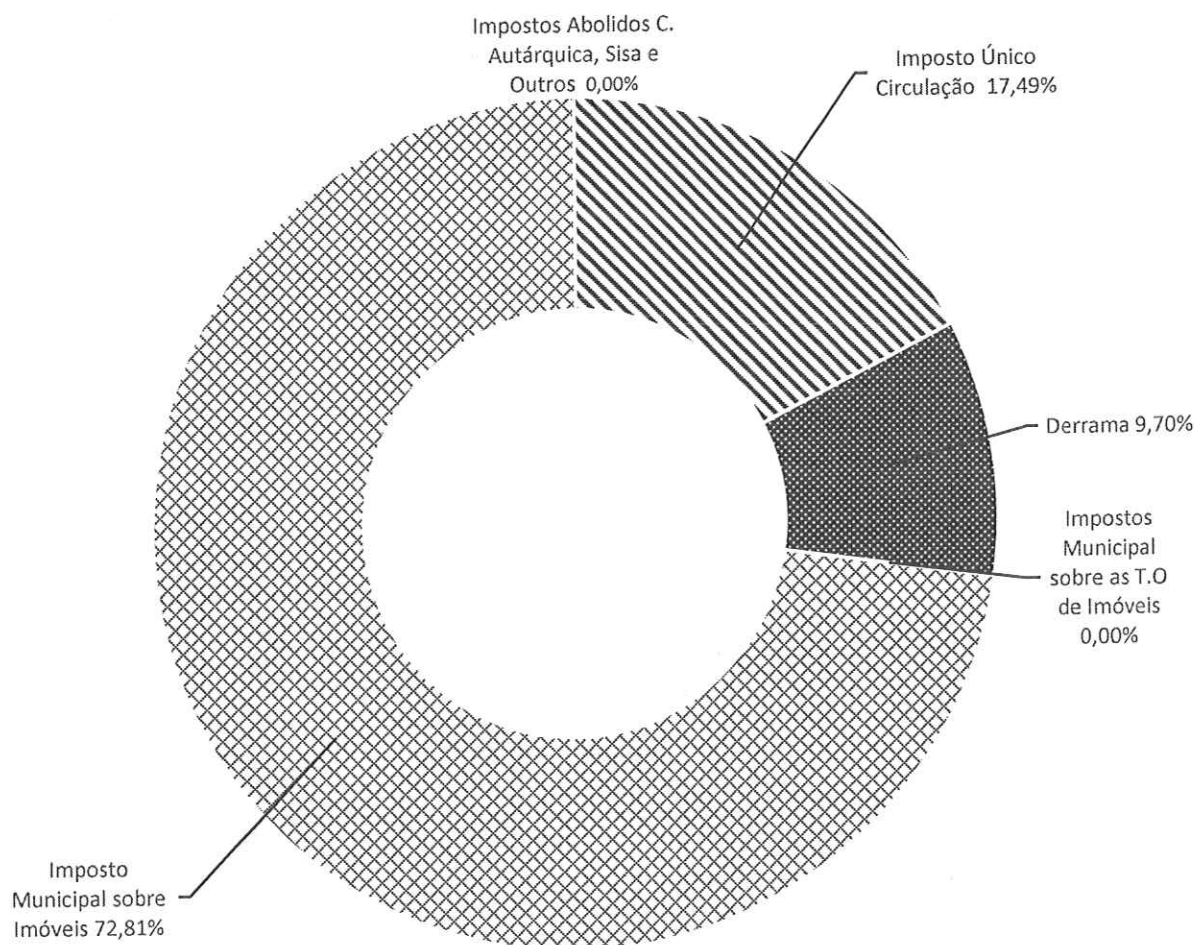
Verificou-se um aumento significativo no Imposto Único de Circulação e no Imposto Municipal sobre Imóveis em relação ao inicialmente previsto e em relação à Derrama registou-se um decréscimo comparativamente ao inicialmente estimado.

Nos Impostos Abolidos e Impostos Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis não se verificou qualquer execução durante o ano:

IMPOSTOS DIRECTOS	Previsões Corrigidas	Valor Executado	Diferenças	%
Imposto Único Circulação	354.545,00 €	504.164,41 €	149.619,41 €	142,20%
Derrama	335.578,00 €	279.812,49 €	-55.765,51 €	83,38%
Impostos Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	1.058.405,00 €	0,00 €	-1.058.405,00 €	-100,00%
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.646.939,00 €	2.099.383,25 €	452.444,25 €	127,47%
Impostos Abolidos C. Autárquica, Sisa e Outros	2.766,00 €	0,00 €	-2.766,00 €	-100,00%
TOTAIS	3.398.233,00 €	2.883.360,15 €	-514.872,85 €	84,85%

Comparativamente à gerência anterior, verifica-se um aumento de 22,47 % dos Impostos Directos conforme quadro de evolução seguinte:

IMPOSTOS DIRECTOS	2013	%	2012	%	Evolução	%	%
Imposto Único Circulação	504.164,41 €	17,49%	381.079,86 €	16,19%	123.084,55 €	32,30%	28,27%
Derrama	279.812,49 €	9,70%	213.400,71 €	9,06%	66.411,78 €	31,12%	12,56%
Impostos Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis	0,00 €	0,00%	72.976,54 €	3,10%	-72.976,54 €	-100,00%	-13,80%
Imposto Municipal sobre Imóveis	2.099.383,25 €	72,81%	1.686.953,89 €	71,65%	412.429,36 €	24,45%	77,97%
Impostos Abolidos C. Autárquica, Sisa e Outros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
Totais	2.883.360,15 €	100,00%	2.354.411,00 €	100,00%	528.949,15 €	22,47%	100,00%



As Receitas de Capital (64,61%) apresentam uma execução inferior à das Receitas Correntes (91,00%). Ficaram aquém as execuções nas rubricas de Venda de Bens de Investimento, Activos Financeiros e Outras Receitas de Capital. Quanto aos passivos financeiros a taxa de execução é de 99,02% correspondendo exactamente ao valor executado do financiamento contratado no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local - PAEL.

Composição	Previsões Corrigidas	Valor Executado	Taxa Execução
Receitas Capital			
Venda de Bens de Investimento	101.680,00 €	2.210,00 €	2,17%
Transferências de Capital	2.365.651,00 €	1.357.958,21 €	57,40%
Activos Financeiros	1.500,00 €	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	694.480,16 €	687.703,37 €	99,02%
Outras receitas de Capital	6.330,00 €	0,00 €	0,00%
Total Receitas Capital	3.169.641,16 €	2.047.871,58 €	64,61%

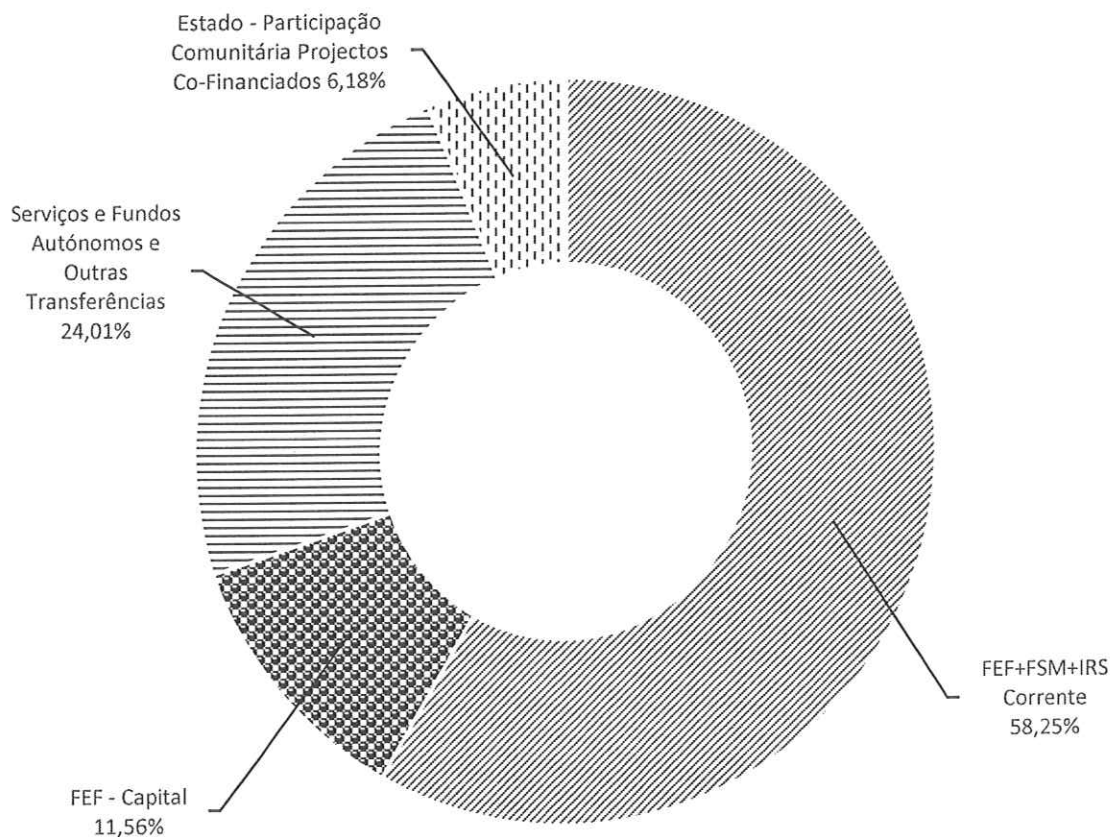
As transferências Correntes e de Capital constituem uma das principais fontes de receita do Município ao totalizarem 7.651.874,50 €, representando cerca de 48,39 % da receita total.

No presente exercício as transferências obtidas tiveram um decréscimo global de 16,66 % em relação ao ano transacto, conforme mostra o quadro seguinte:

TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS

	2013	%	2012	%	Variação	%
FEF+FSM+P.IRS Corrente	4.456.938,00 €	58,25%	3.456.943,00 €	37,65%	999.995,00 €	28,93%
FEF - Capital	884.855,00 €	11,56%	1.769.710,00 €	19,28%	-884.855,00 €	-50,00%
Serviços e Fundos Autónomos e Outras Transferências	1.836.978,29 €	24,01%	1.814.124,00 €	19,76%	22.854,29 €	1,26%
Estado - Participação Comunitária Projectos Co-Financiados	473.103,21 €	6,18%	2.140.514,95 €	23,31%	-1.667.411,74 €	-77,90%
Totais	7.651.874,50 €	100,00%	9.181.291,95 €	100,00%	-1.529.417,45 €	-16,66%

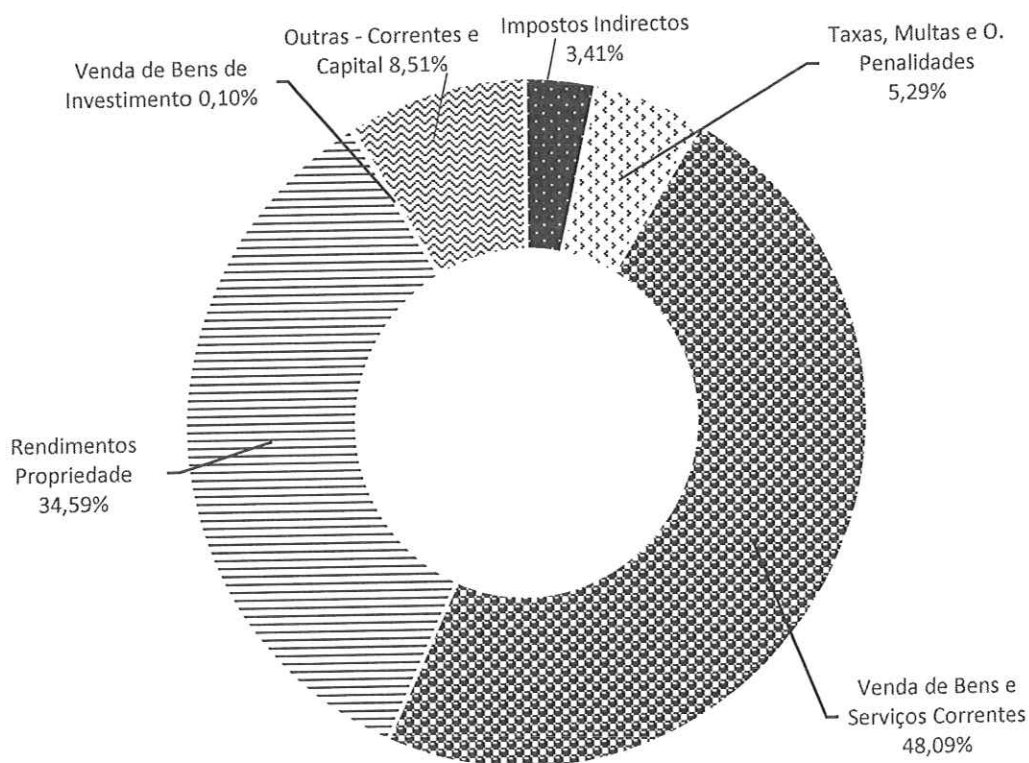
ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS EM 2013



ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS OBTIDAS

DESIGNAÇÃO	2013	%	2012	%	Evolução	%
Impostos Indirectos	74.155,16 €	3,41%	238.669,05 €	10,20%	-164.513,89 €	-68,93%
Taxas, Multas e Outras penalidades	115.260,69 €	5,29%	69.188,43 €	2,96%	46.072,26 €	66,59%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.047.245,05 €	48,09%	979.663,95 €	41,85%	67.581,10 €	6,90%
Rendimentos de Propriedade	753.324,88 €	34,59%	738.969,42 €	31,57%	14.355,46 €	1,94%
Venda de Bens de Investimento	2.210,00 €	0,10%	20.267,26 €	0,87%	-18.057,26 €	-89,10%
Outras - Correntes e Capital	185.411,51 €	8,51%	294.221,39 €	12,57%	-108.809,88 €	-36,98%
Totais	2.177.607,29 €	289,07%	2.340.979,50 €	316,79%	-163.372,21 €	-6,98%

ESTRUTURA DAS RECEITAS PRÓPRIAS EM 2013



2.1.2 – ORÇAMENTO DA DESPESA

O orçamento inicial de 2013 apresentou um valor de 15.185.000,00 € para a dotação prevista, do qual 10.948.900,00 € correspondiam a Despesas Correntes e 4.236.100,00 € a Despesas de Capital. No decorrer do exercício, devido às modificações ao Orçamento da Despesa; designadamente, pela distribuição do saldo da gerência anterior verificou-se um aumento nas Despesas Correntes de 3.682.887,39 € e uma diminuição nas Despesas de Capital de 804.561,20 €.

A execução orçamental da despesa atingiu os 81,43 % correspondendo a 14.709.763,04 €, em que da sua totalidade 82,82% (12.182.656,64 €) correspondem a Despesas Correntes e 17,18 % (2.527.106,40 €) a Despesas de Capital.

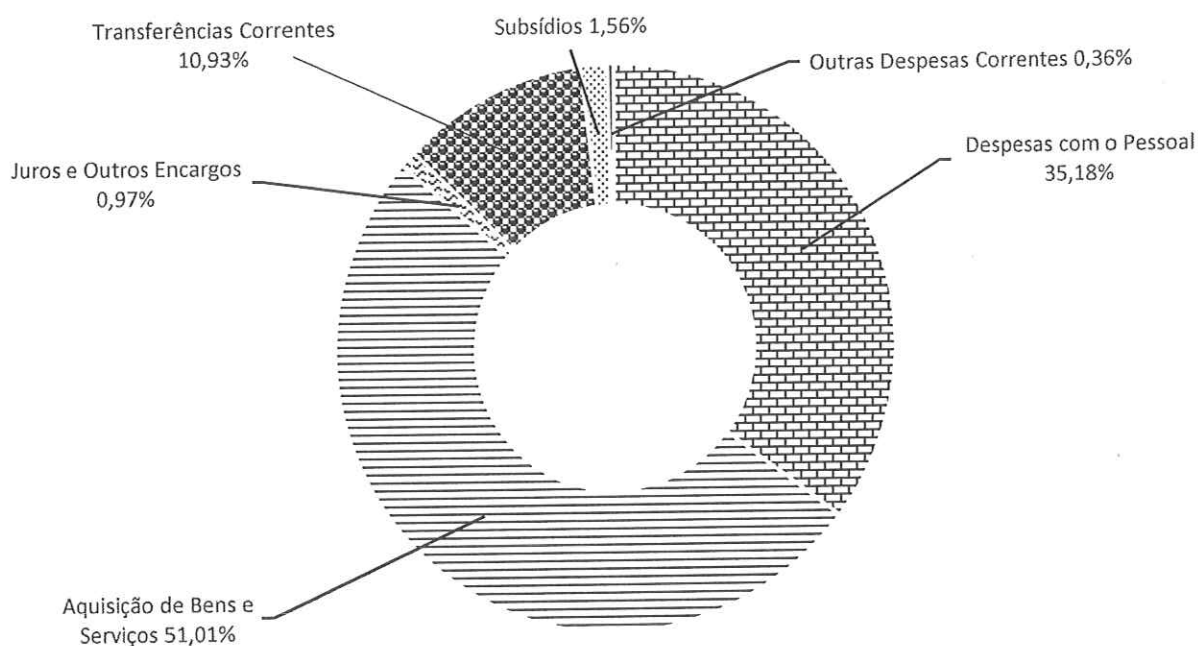
RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS

DESIGNAÇÃO	2013	% Total	% Parcial	2012	% Total	% Parcial	%
Despesas Correntes							
Despesas com o Pessoal	4.285.763,01 €	29,14%	35,18%	3.989.576,50 €	28,57%	40,36%	7,42%
Aquisição de Bens e Serviços	6.214.101,00 €	42,24%	51,01%	4.484.338,18 €	32,11%	45,37%	38,57%
Juros e Outros Encargos	118.120,09 €	0,80%	0,97%	184.580,58 €	1,32%	1,87%	-36,01%
Transferências Correntes	1.331.431,68 €	9,05%	10,93%	1.037.359,08 €	7,43%	10,49%	28,35%
Subsídios	189.562,60 €	1,29%	1,56%	134.075,08 €	0,96%	1,36%	41,39%
Outras Despesas Correntes	43.678,26 €	0,30%	0,36%	54.909,25 €	0,39%	0,56%	-20,45%
Total das Despesas Correntes	12.182.656,64 €	82,82%	100,00%	9.884.838,67 €	70,78%	100,00%	23,25%
Despesas Capital							
Aquisição de Bens de Capital	1.570.592,68 €	10,68%	62,15%	3.230.813,64 €	23,14%	79,19%	-51,39%
Transferências de Capital	169.862,75 €	1,15%	6,72%	173.205,03 €	1,24%	4,25%	-1,93%
Activos Financeiros	8.099,75 €	0,06%	0,32%	8.099,75 €	0,06%	0,20%	0,00%
Passivos Financeiros	775.357,67 €	5,27%	30,68%	637.471,47 €	4,56%	15,62%	21,63%
Outras Despesas de Capital	3.193,55 €	0,02%	0,13%	30.425,53 €	0,22%	0,75%	-89,50%
Total das Despesas Capital	2.527.106,40 €	17,18%	100,00%	4.080.015,42 €	29,22%	100,00%	-38,06%
Total Geral	14.709.763,04 €	100,00%		13.964.854,09 €	100,00%		5,33%

As Despesas Correntes são todas aquelas realizadas com a manutenção dos equipamentos e funcionamento dos órgãos. Face à sua natureza, este tipo de despesas apresentam um comportamento pouco flexível.

Composição	Previsões Corrigidas	Valor Executado	Taxa Execução
Despesas Correntes			
Despesas com o Pessoal	4.743.000,00 €	4.285.763,01 €	90,36%
Aquisição de Bens e Serviços	7.978.917,39 €	6.214.101,00 €	77,88%
Juros e Outros Encargos	204.600,00 €	118.120,09 €	57,73%
Transferências Correntes	1.456.270,00 €	1.331.431,68 €	91,43%
Subsídios	200.000,00 €	189.562,60 €	94,78%
Outras Despesas Correntes	49.000,00 €	43.678,26 €	89,14%
Total das Despesas Correntes	14.631.787,39 €	12.182.656,64 €	83,26%

As Despesas com Aquisição de Bens e Serviços, acusaram um peso de 51,01% no total das Despesa Corrente e 42,24 % no total da despesa municipal em 2013. Outra das rubricas com elevada importância nas Despesas Correntes são as Despesas com Pessoal com um peso de 35,18 %, apesar de se verificar que continuam a descer em relação a anos anteriores, no que se refere ao seu peso neste tipo de despesas (correntes).



2.1.3 – ESTRUTURA ORÇAMENTAL

O exercício em análise apresenta a seguinte estrutura de receitas e despesas correntes e de capital:

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS	2012	2013	% (2012-2013)
Receitas Correntes	9.976.557,16 €	11.371.878,55 €	13,99%
Despesas Correntes	9.884.838,67 €	12.182.656,64 €	23,25%
Saldo Corrente	91.718,49 €	-810.778,09 €	-983,99%
Receitas de Capital	4.627.588,33 €	2.047.871,58 €	-55,75%
Despesas de Capital	4.080.015,42 €	2.527.106,40 €	-38,06%
Saldo Capital	547.572,91 €	-479.234,82 €	-187,52%
Saldo da Gerência Anterior	1.752.898,68 €	2.392.190,08 €	36,47%
Receitas Totais	14.604.145,49 €	13.419.750,13 €	-8,11%
Despesas Totais	13.964.854,09 €	14.709.763,04 €	5,33%
Saldo para a Gerência seguinte	2.392.190,08 €	1.102.177,17 €	

O Município apresentou poupança corrente negativa (- 810.778,09), contrariamente ao constatado no exercício anterior. Tal situação decorreu do facto da despesa corrente paga ter superado a de 2012 pelo recurso ao financiamento contratado ao abrigo do PAEL (os pagamentos em atraso regularizados eram quase exclusivamente, despesa corrente). Por outro lado, a parte remanescente justifica-se pela utilização do saldo da gerência anterior também na regularização de outras dívidas de exercícios anteriores da mesma natureza.

2.2 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Através da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, pode verificar-se a situação financeira real de cada projecto a 31 de Dezembro de 2013.

Os investimentos orçados e executados distribuíram-se pela classificação funcional, das seguinte forma:

Código	Classificação Funcional	Dotação		Realização	
		Inicial	Final	Valor	Coef.
1.	FUNÇÕES GERAIS				
1.1.0	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINIST. PÚBLICA				
1.1.1	Administração Geral	569.000,00 €	508.394,22 €	323.976,11 €	63,73%
1.2.0	SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA				
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	25.000,00 €	29.000,00 €	23.090,10 €	79,62%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS				
2.1.0	EDUCAÇÃO				
2.1.1	Ensino não superior	208.500,00 €	107.813,05 €	57.600,70 €	53,43%
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino	1.000,00 €	1.000,00 €	0,00 €	0,00%
2.3.0	SEGURANÇA E ACÇÕES SOCIAIS				
2.3.2	Acção Social	200.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
2.4.0	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS				
2.4.1	Habitação	1.056.000,00 €	1.212.241,31 €	1.000.452,74 €	82,53%
2.4.3	Saneamento	45.000,00 €	51.000,00 €	31.500,00 €	61,76%
2.4.5	Resíduos sólidos	505.000,00 €	882.432,43 €	757.460,97 €	85,84%
2.4.6	Protecção meio ambiente e conservação natureza	1.187.500,00 €	1.057.251,95 €	733.636,78 €	69,39%
2.5.0	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS				
2.5.1	Cultura	140.000,00 €	210.000,00 €	82.768,04 €	39,41%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	382.500,00 €	164.500,00 €	89.090,57 €	54,16%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS				
3.1.0	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SIVICULTURA, CAÇA E PESCA				
3.1.1	Vias municipais/Caminhos rurais	10.000,00 €	5.000,00 €	0,00 €	0,00%
3.2.0	INDÚSTRIA E ENERGIA				
3.2.1	Iluminação pública	35.000,00 €	24.094,13 €	15.287,26 €	63,45%
3.2.2	Zona Industrial	5.000,00 €	5.000,00 €	0,00 €	0,00%
3.3.0	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES				
3.3.1	Transportes rodoviários	30.000,00 €	32.859,75 €	7.499,79 €	22,82%
3.4.0	COMÉRCIO E TURISMO				
3.4.1	Mercados e feiras	20.000,00 €	27.600,45 €	2.010,76 €	7,29%
TOTAL		4.419.500,00 €	4.318.187,29 €	3.124.373,82 €	72,35%

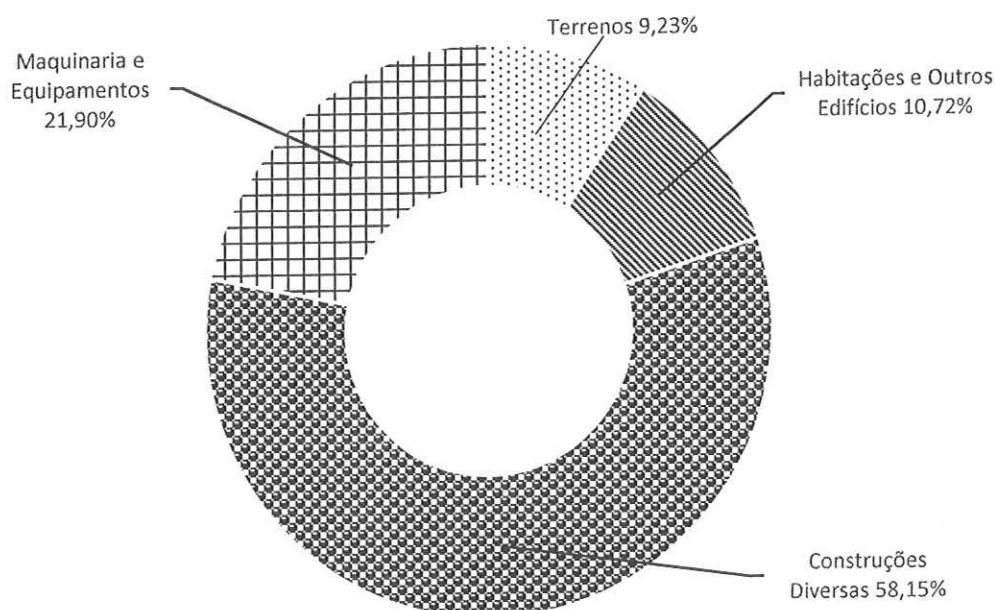
Os investimentos realizados pelo Município de Almeirim no ano de 2013 atingiram de 3.124.373,82€, traduzindo-se num grau de concretização de 72,35%.

2.3 – INVESTIMENTO MUNICIPAL

As despesas com a aquisição de bens de investimento são as mais importantes do conjunto das despesas de capital, pagas em 2013, representando cerca de 62,15%.

Comparativamente ao ano anterior, as despesas de investimento tiveram um decréscimo de 51,83€ como se demonstra no quadro seguinte:

DESIGNAÇÃO	2013	%	2012	%	Evolução	%
Terrenos	142.511,04 €	9,23%	230.661,49 €	7,19%	-88.150,45 €	-38,22%
Habitação e Outros Edifícios	165.565,05 €	10,72%	1.295.115,27 €	40,40%	-1.129.550,22 €	-87,22%
Construções Diversas	898.093,60 €	58,15%	1.452.556,94 €	45,31%	-554.463,34 €	-38,17%
Maquinaria e Equipamentos	338.176,55 €	21,90%	227.572,26 €	7,10%	110.604,29 €	48,60%
TOTAL	1.544.346,24 €	100,00%	3.205.905,96 €	100,00%	-1.661.559,72 €	-51,83%



2.4 – ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL

De acordo com a Lei das Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15 de Janeiro), o montante do endividamento líquido é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua natureza, incluindo empréstimos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores e a soma dos activos, designadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Resulta assim, que o endividamento líquido deste Município em 31 de Dezembro de 2013, é de 5.110.564,89€ como se demonstra no seguinte quadro:

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DO MUNICÍPIO EM 31/12/2013			
Códigos	Descrição	Activos	Passivos
11	Caixa	508,32	
12	Depósitos em Instituições Financeiras	1.413.568,90	
211	Clientes, c/c	113.713,27	
212	Contribuintes, c/c	174.836,77	
213	Utentes, c/c	64.921,61	
217	Clientes e utentes c/ cauções		129.654,77
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	598.654,53	
221	Fornecedores, c/c		32.121,98
228+2618	Fornecedores - faturas em receção e conferência		34.177,38
23	Empréstimos Obtidos de médio e longo prazo		7.839.123,31
24	Estado e outros entes públicos		49.379,04
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		41.292,00
2612	Fornecedores locação financeira		56.777,82
262	Pessoal		
263	Sindicatos		725,45
264	Administração autárquica	57.093,00	
265	Quotas em associações e seguros		118,18
266	Instituto Emprego e Formação Profissional		68.169,37
268	Devedores e credores diversos		57.368,72
271	Acréscimos de proveitos	370.094,15	
272	Custos diferidos	38.451,39	
273	Acréscimos de custos		732.996,21
274	Proveitos diferidos		8.857.354,50
28	Empréstimos concedidos		
411	Partes de Capital	1.098.997,40	
412	Obrigações e títulos de participação	500,00	
Total		3.931.339,34	17.899.258,73
Endividamento Líquido (Passivos-Activos)		13.967.919,39	
Total considerado para Endividamento Líquido		5.110.564,89	

Nos termos do disposto no artigo 98.º da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), os limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo, para cada município em 2013 são calculados pela DGAL.

Sendo assim, os limites do Município de Almeirim em 2013 foram os seguintes:

Limites de Endividamento Municipal para 2013			
	Designação	Montante (€)	Obs
1	Limite ao endividamento de médio e longo prazo	7.353.301,00 €	DGAL
2	Limite ao endividamento líquido	2.064.936,00 €	

Por sua vez, a margem para o limite de endividamento com empréstimos a médio e longo no final do exercício de 2013 é de 2.617.787,18€.

Situação face aos limites de endividamento Municipal - 31/12/2013 (*)			
	Designação	Valor	Obs
(1)	Capital em dívida de médio e longo prazo	7.839.123,31	
(2)	Empréstimos em dívida excepcionados	3.103.609,49	
(3)	Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	4.735.513,82	(3)=(1)-(2)
(4)	Limite ao endividamento a médio e longo prazo	7.353.301,00	
(5)	Valor disponível para empréstimos a médio e longo prazo	2.617.787,18	(5)=(4)-(3)
(6)	Limite ao endividamento líquido	2.064.936,00	
(7)	Endividamento líquido em 31/12/2013 a considerar	2.006.955,40	
(8)	Valor disponível para o limite de endividamento líquido	57.980,60	(8)=(6)-(7)

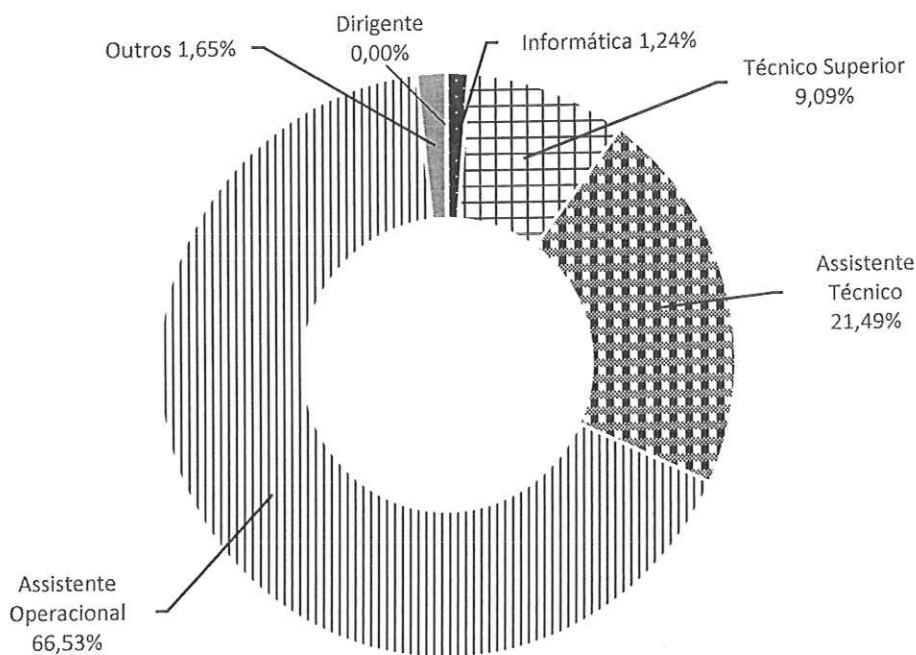
Como se pode verificar, o Município não ultrapassou os limites de endividamento líquido considerados para o ano de 2013, detendo uma margem de endividamento líquido de 57.980,60€.

3 – RECURSOS HUMANOS

3.1 – EFECTIVOS

De acordo com o tratamento estatístico ao Balanço Social elaborado conforme Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro, abrangendo todos os trabalhadores do Município. Independentemente do vínculo, salientam-se conforme indicadores apurados em 31 de Dezembro, os seguintes aspectos:

A actividade desenvolvida no Município de Almeirim, incidiu sobre um universo de 238 trabalhadores ao seu serviço para levar a cabo as suas atribuições, contabilizando-se, ainda, 7 eleitos, 4 nomeados em cargos políticos e 2 na modalidade de prestação de serviços em regime de avença, totalizando 251 efectivos. Registou-se, assim, uma diminuição de 2 efectivos em relação ao ano anterior.



3.2 – DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com os trabalhadores pertencentes ao mapa de pessoal e avençados.

As despesas com pessoal representam nesta gerência cerca de 29,14% das despesas totais e 35,18% das despesas correntes.

As despesas com pessoal tiveram uma ligeira subida em relação ao ano anterior, verificando-se uma variação de 296.186,51 € que corresponde a 7,42 % de aumento em relação ao ano anterior.

	2013	%	2012	%	Variação	%
Remunerações certas e permanentes	3.202.504,38 €	74,72%	3.076.573,34 €	77,12%	125.931,04 €	4,09%
Abonos variáveis e eventuais	154.446,39 €	3,60%	169.837,59 €	4,26%	-15.391,20 €	-9,06%
Segurança Social	928.812,24 €	21,67%	743.165,57 €	18,63%	185.646,67 €	24,98%
Totais	4.285.763,01 €	100,00%	3.989.576,50 €	100,00%	296.186,51 €	7,42%

4 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Com o fim de avaliar os resultados alcançados pelo Município de Almeirim, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro de 2013, efectuou-se a presente análise da situação económica e financeira.

4.1 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Almeirim encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2013 com um Resultado Líquido de -3.758.982,44€. Verifica-se uma recuperação (variação positiva) em relação ao ano de 2012 (442.622,13€), derivado do crescimento dos Resultados Financeiros e do aumento dos Resultados Extraordinários.

O Resultado Líquido é formado pelas seguintes componentes:

RESULTADOS	2013	2012
Resultados Operacionais	-4.725.558,48 €	-4.675.839,05 €
Resultados Financeiros	630.307,77 €	552.410,08 €
Resultados Correntes	-4.095.250,71 €	-4.123.428,97 €
Resultados Extraordinários	336.268,27 €	-78.175,60 €
Resultados Líquido do Exercício	-3.758.982,44 €	-4.201.604,57 €

4.1.1 – RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

Handwritten notes and signatures:
75
70
MEM
H

	PROVEITOS OPERACIONAIS	2013	%	2012	%
1	Vendas e Prestações de Serviços	887.759,43 €	7,99%	934.704,27 €	8,78%
2	Impostos e taxas	3.132.914,27 €	28,21%	2.669.511,56 €	25,08%
3	Proveitos suplementares	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
4	Transferências e Subsídios Obtidos	7.083.571,99 €	63,79%	7.040.993,76 €	66,14%
5	Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
6	Variação da Produção	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
7	Outros Proveitos e ganhos Operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
	Total dos Proveitos Operacionais	11.104.245,69 €	100,00%	10.645.209,59 €	100,00%
	CUSTOS OPERACIONAIS				
8	CMVMC	966.104,60 €	6,10%	484.318,41 €	3,16%
9	FSE	3.894.367,55 €	24,60%	3.949.971,41 €	25,78%
10	Custos com Pessoal	4.119.636,10 €	26,02%	4.130.957,60 €	26,96%
11	Transferências e Subsídios Correntes concedidos	1.325.277,01 €	8,37%	1.210.540,30 €	7,90%
12	Amortizações do Exercício	5.457.105,62 €	34,47%	5.538.922,05 €	36,15%
13	Provisões do Exercício	67.313,29 €	0,43%	6.123,48 €	0,04%
14	Outros Custos Operacionais	0,00 €	0,00%	215,39 €	0,00%
	Total dos Custos Operacionais	15.829.804,17 €	100,00%	15.321.048,64 €	100,00%

Os Proveitos Operacionais representaram em 2013 cerca de 89,58% do total dos proveitos da Autarquia. Esta situação está fortemente influenciada pelas Transferências e Subsídios Obtidos e pelos Impostos e Taxas.

O ano de 2013 registou um aumento de 459.036,10€ relativamente ao ano anterior.

Nos Custos Operacionais destacam-se as Amortizações, os Custos com Pessoal e aos Fornecimentos e Serviços Externos, que, em conjunto, detêm um peso decisivo na estrutura dos Custos Operacionais.

4.1.2 – RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2013, os Resultados Financeiros apresentam um valor positivo de 630.307,77€.

Os Proveitos Financeiros, que se compõem unicamente pelos Rendimentos em imóveis, registam valores altos, suficientes para cobrir os Custos Financeiros que advêm principalmente de juros de empréstimos contraídos.

	PROVEITOS FINANCEIROS	2013	%	2012	%
1	Juros Obtidos	0,00 €	0,00%	778,84 €	0,10%
2	Ganhos em Entidades Participadas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
3	Rendimentos em Imóveis	756.675,24 €	100,00%	743.030,95 €	99,90%
4	Rendimentos de Participações de Capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
5	Diferenças de Cambio Favoráveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
6	Desc. De Pagamento Obtidos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
7	Ganhos em Alienação Aplic. Tesouraria	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
8	Outros Prov. E Ganhos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
	Total dos Proveitos Financeiros	756.675,24 €	100,00%	743.809,79 €	100,00%
	CUSTOS FINANCEIROS				
9	Juros Suportados	116.164,51 €	91,93%	185.387,66 €	96,86%
10	Perdas em entidades Participadas	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
11	Amortizações de Investimentos em Imóveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Provisões para Aplicações Financeiras	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
13	Diferenças de Cambio Desfavoráveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
14	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
15	Outros Custos e Perdas Financeiras	10.202,96 €	8,07%	6.012,05 €	3,14%
	Total dos Custos Financeiros	126.367,47 €	100,00%	191.399,71 €	100,00%

4.1.3 – RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

As transferências de Capital para as Juntas de freguesias, Associações e Colectividades, embora classificadas como custo, traduzem-se em investimentos indirectos na área do município. Estas são as que mais contribuem para o volume de custos extraordinários registados.

	PROVEITOS EXTRAORDINÁRIOS	2013	%	2012	%
1	Restituição de Impostos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
2	Recuperação de Dívidas	0,00 €	0,00%	20.339,00 €	2,30%
3	Ganhos em Existências	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
4	Ganhos Imobilizações	981,27 €	0,18%	-8.703,56 €	-0,99%
5	Benefícios Penal. Contratuais	14.779,65 €	2,76%	50.830,98 €	5,75%
6	Redução Amortizações e Provisões	0,00 €	0,00%	3.222,26 €	0,36%
7	Correcções Exercícios Anteriores	14.343,08 €	2,68%	267.818,29 €	30,31%
8	Outros Prov. E Ganhos Extraordinários	505.535,24 €	94,38%	549.975,61 €	62,25%
	Total dos Proveitos Extraordinários	535.639,24 €	100,00%	883.482,58 €	100,00%
	CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS				
9	Transferências de capital Concedidas	169.862,75 €	85,20%	173.205,03 €	18,01%
10	Dívidas Incobráveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
11	Perdas em Existências	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
12	Perdas em Imobilizações	24.861,86 €	12,47%	704.489,99 €	73,26%
13	Multas e Penalidades	392,57 €	0,20%	0,00 €	0,00%
14	Aumentos Amortizações e Provisões	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
15	Correcções Exercícios Anteriores	4.253,79 €	2,13%	83.963,16 €	8,73%
16	Outros Custos e Perdas Extraordinários	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
	Total dos Custos Extraordinários	199.370,97 €	100,00%	961.658,18 €	100,00%

4.2 – SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.2.1 – BALANÇO RECLASSIFICADO

	ACTIVO	2013	%
1	Activo Fixo (Líquido de Amortizações e Provisões Ac)	72.547.830,21 €	96,88%
2	Activo Circulante	1.928.745,41 €	2,58%
2.1	Existências	91.147,38 €	0,12%
2.2	Realizável	423.520,81 €	0,57%
2.3	Disponível	1.414.077,22 €	1,89%
	Acréscimos e Diferimentos	408.545,54 €	0,55%
	Total do Activo	74.885.121,16 €	100,00%
	FUNDOS PRÓPRIOS		
3	Património	98.464.846,34 €	174,42%
4	Resultados Transitados	-37.793.799,28 €	-66,95%
5	Resultado Líquido do Exercício	-3.758.982,44 €	-6,60%
	Total dos Fundos Próprios	56.912.064,62 €	100,00%
	PASSIVO		
6	Provisões para riscos e encargos	67.313,29 €	0,37%
7	Exigível	8.315.392,54 €	45,12%
7.1	a Médio e Longo/Prazo	7.181.604,20 €	38,96%
7.2	a Curto Prazo	1.133.788,34 €	6,15%
	Acréscimos e Diferimentos	9.590.350,71 €	53,36%
	Total do Passivo	17.973.056,54 €	100,00%
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	74.885.121,16 €	

O activo municipal atingiu 74.885.121,16€, composto essencialmente por imobilizações (96,88%).

As dívidas de terceiros a curto prazo totalizam 423.520,81€, que corresponde a 0,57% do activo municipal.

A dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo representa 38,96% do passivo.

4.2.2 – INDICADORES DE ANÁLISE DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

A – Indicadores Financeiros

1	Liquidez Geral	Disponível + Realizável a curto prazo + Existências	1,70
		Exigível a curto prazo	
2	Liquidez Reduzida	Disponível + Realizável a curto prazo	1,62
		Exigível a curto prazo	
3	Liquidez imediata	Disponível	1,25
		Exigível a curto prazo	
4	Autonomia Financeira	Fundos próprios	0,76
		Activo Liquido	
5	Cobertura do Passivo pelo activo	Activo total	4,17
		Passivo total	
6	Cobertura do activo fixo pelos capitais permanentes	Capitais permanentes	0,88
		Activo fixo	
7	Grau de dependencia dos emprestimos a M/L prazos	Empréstimos a M/L prazo	0,10
		Activo total	
8	Relação entre património e Activo Total	Património	1,31
		Activo total	
9	Endividamento	Passivo	0,24
		Activo Liquido	
10	Endividamento M/L prazo	Dividas de M/L prazo	0,10
		Activo Liquido	

B – Indicadores Económicos

11	Rentabilidade fundos próprios	RLE	-0,07
		Fundos próprios	
12	Rentabilidade Activo Fixo	RLE	-0,05
		Activo Fixo	
13	Rentabilidade Global	RLE	-0,05
		Activo total	

As Despesas de Investimento são o principal componente das Despesas de Capital, apesar da sua diminuição em relação ao ano anterior.

Rátios	2013	%	2012	%
Passivos Financeiros	775.357,67	30,68%	637.471,47	15,62%
Despesas Capital	2.527.106,40		4.080.015,42	

Os Passivos Financeiros em 2013 assumiram um maior peso sobre as Despesas de Capital aumentando 15,06% em relação a 2012.

Rátios	2013	%	2012	%
Despesas Correntes	12.182.656,64	82,82%	9.884.838,67	70,78%
Despesas Totais	14.709.763,04		13.964.854,09	

As Despesas Correntes constituem o maior peso sobre as Despesas Totais. Sendo que o elevado valor da rubrica, Aquisição de Bens e Serviços é um dos principais factores.

Rátios Financeiros

Rátios	2013	%	2012	%
Fundos Municipais	5.341.793,00	345,89%	5.226.653,00	163,03%
Investimento	1.544.346,24		3.205.905,96	

Os Fundos Municipais são uma das formas de financiamento do investimento autárquico. Em 2013, contribuíram para o investimento em 345,89%.

Rátios	2013	%	2012	%
Despesas Correntes	12.182.656,64	107,31%	9.884.838,67	99,38%
Receitas Correntes	11.352.673,73		9.946.407,00	

Em 2013 o valor das Despesas Correntes foi superior ao das Receitas Correntes em 7,31%.

5 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Câmara Municipal de Almeirim propõe, de acordo com o ponto 2.7.3 do POCAL, que o resultado líquido do exercício negativo de 3.758.982,44€ seja transitado para a conta 59 resultados transitados.

Rátios	2013	%	2012	%
Receitas Correntes	11.352.673,73	84,60%	9.946.407,00	68,11%
Receitas Totais	13.419.750,13		14.604.145,49	

As Receitas Correntes representam 84,60% da Receitas Totais. O valor registado em 2013 prendeu-se com o aumento do Imposto Municipal Sobre Imóveis, acompanhado por uma redução das Receitas de Capital.

Rátios de Estrutura das Despesas

Rátios	2013	%	2012	%
Pessoal	4.285.763,01	35,18%	3.989.576,50	40,36%
Despesas correntes	12.182.656,64		9.884.838,67	

Os Custos com Pessoal têm um peso significativo nas Despesas Correntes. Embora o valor em si tenha aumentado em relação a 2012, o peso da rubrica Custos com Pessoal baixou, devido a um aumento do valor das Despesas Correntes.

Rátios	2013	%	2012	%
Transferências correntes	1.331.431,68	10,93%	1.037.359,08	10,49%
Despesas correntes	12.182.656,64		9.884.838,67	

De forma geral, o peso das Transferências Correntes nas Despesas Correntes em 2013 sofreu um ligeiro aumento de 0,44% em relação ao ano de 2012.

Rátios	2013	%	2012	%
Encargos financeiros	118.120,09	0,97%	184.580,58	1,87%
Despesas correntes	12.182.656,64		9.884.838,67	

Os Encargos Financeiros têm um peso pouco significativo sobre as Despesas Correntes, baixando 0,9% em 2013 em relação a 2012.

Rátios	2013	%	2012	%
Investimento	1.544.346,24	61,11%	3.205.905,96	78,58%
Despesas Capital	2.527.106,40		4.080.015,42	

As Despesas de Investimento são o principal componente das Despesas de Capital, apesar da sua diminuição em relação ao ano anterior.

Rátios
Passivos Financeiros
Despesas Capital

2013	%
775.357,67	30,68%
2.527.106,40	

2012	%
637.471,47	15,62%
4.080.015,42	

Os Passivos Financeiros em 2013 assumiram um maior peso sobre as Despesas de Capital aumentando 15,06% em relação a 2012.

Rátios
Despesas Correntes
Despesas Totais

2013	%
12.182.656,64	82,82%
14.709.763,04	

2012	%
9.884.838,67	70,78%
13.964.854,09	

As Despesas Correntes constituem o maior peso sobre as Despesas Totais. Sendo que o elevado valor da rubrica, Aquisição de Bens e Serviços é um dos principais factores.

Rátios Financeiros

Rátios
Fundos Municipais
Investimento

2013	%
5.341.793,00	345,89%
1.544.346,24	

2012	%
5.226.653,00	163,03%
3.205.905,96	

Os Fundos Municipais são uma das formas de financiamento do investimento autárquico. Em 2013, contribuíram para o investimento em 345,89%.

Rátios
Despesas Correntes
Receitas Correntes

2013	%
12.182.656,64	107,31%
11.352.673,73	

2012	%
9.884.838,67	99,38%
9.946.407,00	

Em 2013 o valor das Despesas Correntes foi superior ao das Receitas Correntes em 7,31%.

[Handwritten signatures and initials]

Guia de Remessa

GUIA DE REMESSA
MUNICÍPIO DE ALMEIRIM
Envia à Direção Geral do Tribunal de Contas os documentos constitutivos da conta de gerência relativa ao período de 1 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2013

Nº do Doc.	DESIGNAÇÃO
1	Balanço
2	Demonstração de Resultados
3	Controlo Orçamental da Despesa
4	Controlo Orçamental da Receita
5	Fluxos de Caixa
6	Contas de Ordem
7	Operações de Tesouraria
8	Caracterização da Entidade
9	Contratação administrativa
10	Empréstimos
11	Relatório de Gestão
12	Acta da reunião em que foi discutida e votada a conta
13	Norma de controlo interno e suas alterações
14	Síntese das Reconciliações Bancárias
15	Relação Nominal dos Responsáveis
16	Parecer e certificação legal nos termos da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro

O Dirigente responsável pela área Administrativa e Financeira

Assinatura _____

Handwritten signatures and initials, including the word "NEM" and various scribbles.

Outros Documentos

[Handwritten signatures and initials]

Acta da Reunião em que foi discutida
e
Aprovada a Conta



Norma de Controlo Interno (Em CDROM)



Resumo Diário de Tesouraria

ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA Nº. 251						DATA	ANO	PÁGINA
ALMEIRIM		Data : 2013/12/30						2014/01/21	2013	2
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
11		CAIXA	17.978.623,38	17.977.111,49	9.935,08	10.938,65	17.988.558,46	17.988.050,14	508,32	
11.1		CAIXA - T.M.	17.974.678,06	17.973.666,17	9.935,08	10.438,65	17.984.613,14	17.984.104,82	508,32	
	CX	C.X.	17.974.678,06	17.973.666,17	9.935,08	10.438,65	17.984.613,14	17.984.104,82	508,32	
11.8		FUNDO DE MANEIO	3.945,32	3.445,32		500,00	3.945,32	3.945,32		
	FM	F.M.	3.945,32	3.445,32		500,00	3.945,32	3.945,32		
12		DEPÓSITOS INST. FINANCEIRAS	19.521.234,76	18.059.974,97	25.063,48	72.754,37	19.546.298,24	18.132.729,34	1.413.568,90	
12.1		DEPÓSITOS À ORDEM	19.521.234,76	18.059.974,97	25.063,48	72.754,37	19.546.298,24	18.132.729,34	1.413.568,90	
12.1.01		BANCO C.PORTUGUÊS	1.322.061,52	823.869,83			1.322.061,52	823.869,83	498.191,69	
	0033/2118000015	MIL_BCP	311.809,74	310.393,15			311.809,74	310.393,15	1.416,59	
	0033/21180035560	MIL_BCP	15.794,96				15.794,96		15.794,96	
	0033/50118234123	MIL_BCP	994.456,82	513.476,68			994.456,82	513.476,68	480.980,14	
12.1.02		BANCO POPULAR	63.284,32	63.042,08	1.316,90		64.601,22	63.042,08	1.559,14	
	0046/08263000194	B.P.	63.284,32	63.042,08	1.316,90		64.601,22	63.042,08	1.559,14	
12.1.03		B.P.INVESTIMENTO	222.775,40	155.055,49			222.775,40	155.055,49	67.719,91	
	0010/18750700101	B.P.I.	135.194,48	133.366,50			135.194,48	133.366,50	1.827,98	
	0010/18750700102	B.P.I.	87.580,92	21.688,99			87.580,92	21.688,99	65.891,93	
12.1.04		BANCO E.SANTO	1.067.753,68	1.053.683,81		4.203,76	1.067.753,68	1.057.887,57	9.866,11	
	0007/00012520000	B.E.S.	1.036.128,28	1.027.571,34		4.203,76	1.036.128,28	1.031.775,10	4.353,18	
	0007/00040310007	B.E.S.	11.627,20	11.112,47			11.627,20	11.112,47	514,73	
	0007/00043770009	B.E.S.	19.998,20	15.000,00			19.998,20	15.000,00	4.998,20	
12.1.05		BANCO SANTANDER	170.269,28	165.649,58			170.269,28	165.649,58	4.619,70	
	0030/00200037580	B.S.	2.712,90	215,98			2.712,90	215,98	2.496,92	
	0030/00201660535	B.S.	167.556,38	165.433,60			167.556,38	165.433,60	2.122,78	
12.1.06		CAIXA C.A.MÚTUA	183.836,03	173.552,10			183.836,03	173.552,10	10.283,93	
	0045/40047521540	C.C.A.M.	169.847,56	159.799,82			169.847,56	159.799,82	10.047,74	
	0045/40047920281	C.C.A.M.	13.988,47	13.752,28			13.988,47	13.752,28	236,19	
12.1.07		CAIXA E.M.GERAL	76.970,47	76.428,48			76.970,47	76.428,48	541,99	
	0036/99100000642	C.E.M.G.	76.970,47	76.428,48			76.970,47	76.428,48	541,99	
12.1.08		CAIXA G.DEPÓSITOS	15.744.033,94	14.979.768,41	23.746,58	56.550,61	15.767.780,52	15.036.319,02	731.461,50	
	0035/00000021830	C.G.D.	11.543.725,71	11.143.738,90	6.673,84	30.885,01	11.550.399,55	11.174.623,91	375.775,64	
	0035/00000793431	C.G.D.	549.953,37	499.262,11			549.953,37	499.262,11	50.691,26	
	0035/00002974730	C.G.D.	387.616,78	386.991,63			387.616,78	386.991,63	625,15	
	0035/00002975530	C.G.D.	1.085.176,36	859.513,76	5.072,74	3.533,83	1.090.249,10	863.047,59	227.201,51	
	0035/00017669330	C.G.D.	164.322,42	164.000,00			164.322,42	164.000,00	322,42	
	0035/00019540930	C.G.D.	264.749,71	264.000,00			264.749,71	264.000,00	749,71	
	0035/00019670830	C.G.D.	128.624,27	78.000,00			128.624,27	78.000,00	50.624,27	
	0035/00019783630	C.G.D.	65.150,25	64.500,00			65.150,25	64.500,00	650,25	
	0035/00019898030	C.G.D.	177.692,10	177.007,02			177.692,10	177.007,02	685,08	
	0035/00019936730	C.G.D.	116.291,00	115.584,81			116.291,00	115.584,81	706,19	
	0035/00019954530	C.G.D.	123.051,06	122.271,37			123.051,06	122.271,37	779,69	
	0035/00019955330	C.G.D.	86.054,19	69.560,82	12.000,00	22.131,77	98.054,19	91.692,59	6.361,60	
	0035/00020095030	C.G.D.	359.659,94	354.591,82			359.659,94	354.591,82	5.068,12	
	0035/00020370430	C.G.D.	691.966,78	680.746,17			691.966,78	680.746,17	11.220,61	
12.1.09		BANCO TOTTA	269.090,93	267.149,65			269.090,93	267.149,65	1.941,28	
	0018/13195128020	B.T.	10.433,29	10.433,29			10.433,29	10.433,29		
	0018/13309000020	B.T.	204,47	204,47			204,47	204,47		
	0018/21409171001	B.T.	258.453,17	256.511,89			258.453,17	256.511,89	1.941,28	
12.1.10		BANCO P.NEGÓCIOS	265.657,19	195.358,88		12.000,00	265.657,19	207.358,88	58.298,31	
	0079/15411157101	B.P.N.	265.657,19	195.358,88		12.000,00	265.657,19	207.358,88	58.298,31	
12.1.11		BANIF	135.502,00	106.416,66			135.502,00	106.416,66	29.085,34	
	0038/300210507710	BANIF	135.502,00	106.416,66			135.502,00	106.416,66	29.085,34	
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			37.499.858,14	36.037.086,46	34.998,56	83.693,02	37.534.856,70	36.120.779,48	1.414.077,22	
DOCUMENTOS			607.598,28	8.943,75			607.598,28	8.943,75	598.654,53	
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS			15.837.936,14	14.687.762,03	7.165,66	55.162,60	15.845.101,80	14.742.924,63	1.102.177,17	
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			1.205.811,48	893.213,91	2.836,31	3.533,83	1.208.647,79	896.747,74	311.900,05	



Síntese das Reconciliações Bancárias

Anexo IV

SÍNTESE RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS				
MUNICIPIO DE ALMEIRIM				
Instituição Bancária		Saldo	Saldo	Observações
Banco	Nº Conta	31-12-2013 a)	Contabilístico b)	
Milennium BCP	21180000015	1.191,68 €	1.416,59 €	1
	21188003560	15.794,96 €	15.794,96 €	
	50118234123	497.508,91 €	480.980,14 €	
Banco Popular	08263000194	1.555,88 €	1.559,14 €	
Banco P. Investimento	18750700101	1.814,02 €	1.827,98 €	1
	18750700102	66.776,11 €	65.891,93 €	1
Banco Espírito Santo	0012520000	8.523,80 €	4.353,18 €	1
	00040310007	3.521,12 €	514,73 €	1
	00043770009	4.998,20 €	4.998,20 €	
Banco Santander Totta	00200037580	2.490,02 €	2.496,92 €	1
	00201660535	1.908,84 €	2.122,78 €	1
	13309000020	0,00 €	0,00 €	
	21409171001	1.179,05 €	1.941,28 €	1
	13195128020	0,00 €	0,00 €	
Caixa Crédito A Mutuo	40047521540	11.264,74 €	10.047,74 €	1
	40047920281	2.931,67 €	236,19 €	1
Caixa Eco Montepio Geral	99100000642	485,54 €	541,99 €	1
Caixa Geral Depósitos	00000021830	515.270,70 €	375.775,64 €	1
	00000793431	50.684,24 €	50.691,26 €	1
	00002974730	614,73 €	625,15 €	1
	00002975530	233.414,42 €	227.201,51 €	1
	00017669330	315,40 €	322,42 €	1
	00019540930	742,69 €	749,71 €	1
	00019670830	50.617,25 €	50.624,27 €	1
	00019783630	643,23 €	650,25 €	1
	00019898030	678,06 €	685,08 €	1
	00019936730	699,17 €	706,19 €	1
	00019954530	772,67 €	779,69 €	1
	00019955330	28.488,12 €	6.361,60 €	1
	00020095030	5.068,12 €	5.068,12 €	
	00020370430	11.206,57 €	11.220,61 €	1
Banco P. Negocios	15411157101	72.530,33 €	58.298,31 €	1
Banco I. Funchal	300210507710	29.085,38 €	29.085,34 €	1

TOTAL 1.413.568,90 €

O Responsável pela Área Financeira

Assinatura _____

Membro do executivo responsável p/ área Financeira

Assinatura _____

Na coluna a) indicar o valor do saldo constante do extracto bancário à data de 31/12/n

Na coluna b) a importância constante do Resumo Diário de Tesouraria

Na coluna c) indicar para cada conta, consoante a situação, um dos seguintes códigos:

(1) Reconciliação efectuada e justificadas as divergências

(2) Reconciliação efectuada mas não justificada a divergência de...

(3) Reconciliação não efectuada



Mapas de Fundo de Maneio

MAPA DE FUNDO DE MANEIO

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	MUNICÍPIO DE ALMEIRIM
GERÊNCIA	2013

TITULAR DO FUNDO DE MANEIO	MARIA DO ROSÁRIO ALMEIDA	JOÃO RUI MENDES EVANGELISTA
DATA DA CONSTITUIÇÃO	21-01-2013	09-04-2013

VALOR DO FUNDO	1.500,00 €	VALOR DO FUNDO	2.700,00 €	VALOR DO FUNDO	300,00 €
DOTAÇÃO ORÇA/TAL	02.02.10	DOTAÇÃO ORÇA/TAL	02.02.20	DOTAÇÃO ORÇA/TAL	02.02.09
ORDEM DE PAGAMENTO			ORDEM DE PAGAMENTO		
Nº	DATA	VALOR	Nº	DATA	VALOR
961	04-03-2013	18,00 €	565		98,38 €
		0,45 €			28,18 €
1826	07-05-2013	0,50 €			28,18 €
		1,30 €			28,18 €
1828	07-05-2013	3,70 €			28,18 €
		3,70 €			42,18 €
2293		3,15 €			42,18 €
2292	04-06-2013	3,15 €			28,18 €
2290		28,18 €			28,18 €
		28,18 €			28,18 €
		9,65 €	955	04-03-2013	42,18 €
		9,65 €			28,18 €
		4,10 €			7,07 €
		4,10 €			28,18 €
2848	08-07-2013	4,10 €			28,18 €
		10,05 €			7,07 €
		10,05 €			7,07 €
		4,10 €	1821	07-05-2013	28,18 €
		2,40 €			42,18 €
		3,70 €			42,18 €
2840	08-07-2013	30,00 €			28,18 €
3272		7,52 €			13,60 €
3271	05-08-2013	7,20 €	1824	07-05-2013	1,50 €
		7,20 €			10,50 €
3273		5,00 €			9,00 €
3274		26,50 €	2297	04-06-2013	2,50 €
3989		6,75 €	2846		1,50 €
3989	09-09-2013	3,70 €			2,00 €
3989		3,70 €	2844		4,00 €
3987		6,75 €	2843	08-07-2013	7,07 €
4625	14-10-2013	2,40 €			42,18 €
		3,70 €	2842		15,93 €

MAPA DE FUNDO DE MANEIO

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	MUNICÍPIO DE ALMEIRIM
GERÊNCIA	2013

TITULAR DO FUNDO DE MANEIO	MARIA DO ROSÁRIO ALMEIDA	JOÃO RUI MENDES EVANGELISTA
DATA DA CONSTITUIÇÃO	21-01-2013	09-04-2013

VALOR DO FUNDO		1.500,00 €	VALOR DO FUNDO		2.700,00 €	VALOR DO FUNDO		300,00 €
DOTAÇÃO ORÇA/TAL		02.02.10	DOTAÇÃO ORÇA/TAL		02.02.20	DOTAÇÃO ORÇA/TAL		02.02.09
ORDEM DE PAGAMENTO			ORDEM DE PAGAMENTO			ORDEM DE PAGAMENTO		
Nº	DATA	VALOR	Nº	DATA	VALOR	Nº	DATA	VALOR
5078	14-11-2013	1,60 €	2841	05-08-2013	16,10 €			
5061		19,60 €	3270		30,00 €			
5028		3,70 €	3266		98,38 €			
5028		3,70 €	3265		28,18 €			
5025		13,05 €	3264		42,18 €			
5698	20-12-2013	3,15 €	3263	09-09-2013	42,18 €			
5697		3,70 €	3262		28,18 €			
5691		4,50 €	3992		1,30 €			
5688		9,65 €	3988		8,85 €			
5686		9,65 €			7,10 €			
5667	30-12-2013	6,50 €	3986	14-10-2013	28,18 €			
5651		6,50 €	7,07 €					
5632		3,15 €	28,18 €					
5818		9,65 €	28,18 €					
5817		3,70 €	28,18 €					
5816		3,70 €	28,18 €					
5815		6,50 €	42,18 €					
5814		6,50 €	42,18 €					
5813		3,70 €	28,18 €					
5812		3,70 €	7,07 €					
5819		7,30 €	7,07 €					
5825		1,60 €	4631	14-10-2013	55,00 €			
5822		22,25 €			55,00 €			
			4622	14-10-2013	55,00 €			
					28,18 €			
			4621	14-10-2013	28,18 €			
					28,18 €			
			4620	14-10-2013	42,18 €			
					28,18 €			
			4619	14-10-2013	28,18 €			
					28,18 €			
			4618	14-10-2013	28,18 €			
					28,18 €			

MAPA DE FUNDO DE MANEIO

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	MUNICÍPIO DE ALMEIRIM
GERÊNCIA	2013

TITULAR DO FUNDO DE MANEIO	MARIA DO ROSÁRIO ALMEIDA	JOÃO RUI MENDES EVANGELISTA
DATA DA CONSTITUIÇÃO	21-01-2013	09-04-2013

VALOR DO FUNDO	1.500,00 €	VALOR DO FUNDO	2.700,00 €	VALOR DO FUNDO	300,00 €
DOTAÇÃO ORÇA/TAL	02.02.10	DOTAÇÃO ORÇA/TAL	02.02.20	DOTAÇÃO ORÇA/TAL	02.02.09
ORDEM DE PAGAMENTO			ORDEM DE PAGAMENTO		
Nº	DATA	VALOR	Nº	DATA	VALOR
			5072	14-11-2013	28,18 €
			5071		28,18 €
			5062		7,07 €
			5031		2,60 €
			5030		34,40 €
			5029		39,00 €
			5024		5,78 €
			5022		4,20 €
			5022		20,00 €
			5022		9,90 €
			5589	20-12-2013	28,18 €
			5581		28,18 €
			5560		28,18 €
			5558		28,18 €
			5554		20,40 €
			5811	30-12-2013	28,18 €
			5810		28,18 €
			5809		28,18 €
			5808		28,18 €
			5807		24,00 €
			5824		4,50 €
			5821		4,00 €
			5820		1,30 €
TOTAL		3.419,68 €	TOTAL		7.590,74 €
				TOTAL	666,72

Em _____ de _____ de _____

O Responsável pelos Serviços

MAPA DE FUNDO DE MANEIO

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	<u>MUNICÍPIO DE ALMEIRIM</u>
GERÊNCIA	2013

TITULAR DO FUNDO DE MANEIO	MARIA DO ROSÁRIO ALMEIDA	JOÃO RUI MENDES EVANGELISTA
DATA DA CONSTITUIÇÃO	21-01-2013	09-04-2013

VALOR DO FUNDO		300,00 €	VALOR DO FUNDO		600,00 €	VALOR DO FUNDO		600,00 €
DOTAÇÃO ORÇA/TAL		02.01.08	DOTAÇÃO ORÇA/TAL		02.01.02.01	DOTAÇÃO ORÇA/TAL		02.01.02.02
ORDEM DE PAGAMENTO			ORDEM DE PAGAMENTO			ORDEM DE PAGAMENTO		
Nº	DATA	VALOR	Nº	DATA	VALOR	Nº	DATA	VALOR
959	04-03-2013	34,57 €	2291	04-06-2013	30,28 €			
1823	07-05-2013	13,15 €	3267	05-08-2013	34,19 €			
2288	04-06-2013	18,00 €	5059	14-11-2013	84,06 €			
		7,80 €	5021		29,48 €			
2297		10,20 €	5557	20-12-2013	19,95 €			
		16,00 €						
2296		5,15 €						
		8,10 €						
2295		3,00 €						
2294		3,60 €						
2289		28,00 €						
2847		08-07-2013	3,49 €					
	3,49 €							
2846	70,00 €							
	3,70 €							
2845	4,80 €							
3269	05-08-2013	29,99 €						
3991	09-09-2013	2,79 €						
3990		3,49 €						
		3,49 €						
4623	14-10-2013	4,20 €						
5060	14-11-2013	9,50 €						
5823	30-12-2013	7,20 €						
TOTAL		293,71 €	TOTAL		197,96 €	TOTAL		- €

Em _____ de _____ de _____

O Responsável pelos Serviços



Relação de Acumulação de Funções

RELACÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade	Município de Almeirim
------------------------	-----------------------

Gerência	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
----------	--

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Ângelo Carvalho de Almeida	Assistente Técnico (Animação Desportiva)	22/06/2005	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Técnico de Andebol	Funções Privadas	2011/09/15
António Mário Areosa F Cardoso Forte	Técnico Superior (Arquitecto)	19/07/2004	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Arquitecto Execução de Projectos e Direcção de Obras	Funções Privadas	2009/11/27 2013/11/19
António Xavier Martins Rocha Pinto	Técnico Superior (Engenheiro Técnico)	04/02/2003	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Eng. Execução Projectos e Direcção de Obras	Funções Privadas	2011/01/26

RELACÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade	Município de Almeirim
------------------------	-----------------------

Gerência	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
----------	--

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados		
				Funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Artur Alvaro Santos Sampaio Costa	Técnico Superior (Arquitecto)	18/10/1999	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Arquitecto Execução de Projectos e Direcção de Obras	Funções Privadas	2009/11/20 2013/11/19
Maria Fátima Neves Lopes	Técnico Superior (Engenheira Técnica)	25/01/2005	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Elaboração Projectos Eng. Direcção Obras	Funções Privadas	2011/04/12
José Jacinto Pereira Santos	Assistente Operacional (Porta Miras)	1988/04/18	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Serviço Topografo	Funções Privadas	2006/12/19

RELATÓRIO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade	Município de Almeirim
------------------------	-----------------------

Gerência	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
----------	--

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados Funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Moisés Ribeiro Rego	Assistente Operacional (Motorista Trans.coletivos)	2005/01/03	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Serviço de mesas e condutor V.T. coletivos	Funções Privadas	2006/12/14
António Fernando Cláudio Cruz	Assistente Técnico (topógrafo)	1997/06/11	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Serviço de Topógrafo	Funções Privadas	2007/01/31
Mário João Nogueira Capela	Assistente Operacional (Porta Miras)	1988/01/04	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Comércio a Retalho de Artigos de Pesaca	Funções Privadas	2007/05/02

RELACÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade	Município de Almeirim
------------------------	-----------------------

Gerência	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
----------	--

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Manuel Francisco Barradas Russo	Assistente Técnico (Animação Desportiva)	05/06/2005	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Aulas de Expressão Física e motora	Funções Privadas	2008/11/04
Nuno Miguel Barros Santiago	Assistente Operacional (cantoneiro Limpeza)	15/11/1996	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	soldador	Funções Privadas	2010/01/18
Ana Maria Galão Veríssimo	Assistente Técnica	02/07/2001	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	comissionista	Funções Privadas	2008/10/16

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade	Município de Almeirim
------------------------	-----------------------

Gerência	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
----------	--

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados Funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Teresa Isabel Matos Alexandre	Assistente Técnica (administrativa)	02/07/2001	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Empregada de Balcão e Serviço de Limpezas	Funções Privadas	2010/09/29
Luísa Maria Reis Ferreira	Assistente Operacional	05/01/1993	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Empregada de Balcão	Funções Privadas	2011/10/19
António João Santos Seródio	Assistente Operacional	01/01/1994	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Adjunto treinador	Funções Privadas	2011/09/15

	RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES
--	---

Designação da entidade	Município de Almeirim
------------------------	-----------------------

Gerência	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
----------	--

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados Funções públicas e/ou privadas		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Cândida Isabel da Conceição Lopes	Assistente Técnica (cargo Secretária GAP)	20/11/2001	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Produtora de Energia Elétrica de origem solar	Funções Privadas	2012/06/15
João Fernando Xavier	Fiscal Municipal	01/08/1984	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Feirante	Funções Privadas	2013/06/07
Maria Rosário Alfaiate Russo	Técnica Superior (serviço social)	30/12/2002	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Vogal Direção IPSS	Funções Privadas	2013/03/25

RELACÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da entidade	Município de Almeirim
------------------------	-----------------------

Gerência	De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013
----------	--

Situação na entidade a que respeita a conta				Cargos acumulados		
Nome	Cargo ou função	Data do provimento	Forma do provimento	Cargo ou função	Regime de acumulação	Data do despacho de autorização
Rui Manuel Loureiro	Assistente Técnico (6/9/2013- período experimental como Técnico Superior-R.P)	9/07/1987	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Promotor bancário; fotojornalista; consultor imagem; Formação Profissional	Funções Privadas	2013/08/01
Filipa Maria Barrancos Vieira Narciso Jourdan	Técnica Superior (DESPORTO)	01/03/2013	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Aulas Motricidade Infantil	Funções Privadas	2013/12/17
António José Rosário Pisco Figueiredo	Assistente Operacional (Carpinteiro)	07/02/1994	Contrato Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	Empregado Limpeza	Funções Privadas	2008/02/13

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Pessoal.

Assinatura

O Membro do executivo responsável pela área/pelouro de pessoal/recursos humanos.

Assinatura

A R R H
Para fazer o fundo
a lei
11/03/24
HH

Exmo. Senhor
Presidente do
Município de Almeirim

[Handwritten signature and initials]

Ângelo Carvalho de Almeida, Assistente técnico dessa Câmara Municipal, tendo em conta o artigo 28º e 29º da lei 12-A/2008, de 27 Fevereiro, vem junto de V.Exª solicitar autorização de acumulação de funções, como técnico de andebol, com exercício de funções apenas fora do horário de trabalho.

Relativamente à actividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as refridas funções com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico.

Compromete-se a cessar imediatamente a actividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Almeirim, 23 de Agosto

Deferido

Almeirim, 11/07/11

O Presidente da Câmara,

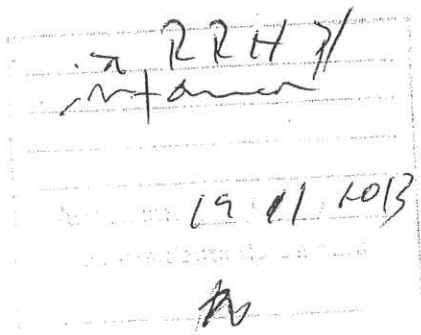
[Signature]

Pede Deferimento,

Ângelo Carvalho de Almeida
 O Requerente,

Não há impedimento legal
no deferimento do pedido
Str, 14.02.11
3

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06-02-11
ENTRADA	2011
DATA	23/8/2011
DESTINO	Ba 12



Exm^o Senhor

Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

Handwritten signature and notes on the right side of the page.

António Mário Areosa Feio Cardoso Forte, funcionário da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artº29 da Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro alterada pela Lei nº24/2010 de 2/9, requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida na Rua Fernão Teles de Menezes nº26 CV em Santarém, sede da empresa Trivium, Arquitectura e Urbanismo Lda. A atividade a acumular com a elaboração de projetos de arquitetura e eventualmente de especialidades, direção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas reguladas pelo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação a realizar em espaço territorial exterior ao limite do concelho de Almeirim;
2. O horário a praticar é o pós-laboral;
3. A remuneração ao auferir não é possível de determinação prévia, ado de depender do mercado de trabalho;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na conceção de projetos de arquitetura e eventualmente de especialidades, direção e fiscalização de obras reativas a operações urbanísticas;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da conceção técnica-arquitetónica;
 - b. Permite a troca de conhecimentos/procedimentos e realidades com outras autarquias no âmbito do RJUE;
 - c. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas porquanto esta se encontra restrita à área geográfico correspondente ao concelho de Almeirim. Por sua vez, a atividade privada não será realizada nesta zona territorial;
 - d. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legamente protegidos os cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas a tecidos geográficos diferentes e com administrações/gestões autárquicas distintas e autónomas;
6. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo circulo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

Pede deferimento

Handwritten signature of the declarant.

Almeirim, 15 de Novembro de 2013

Em Toda
mº 1514
Data: 15/11/2013
06.02.20.
R.H.

RH/INFORMAÇÃO

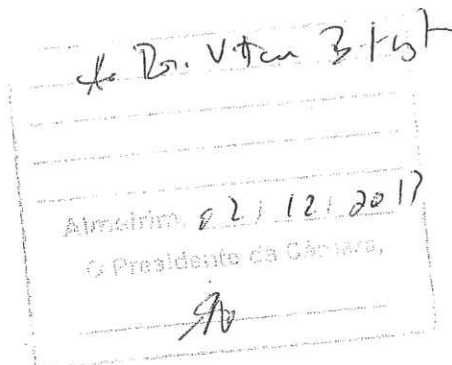
Salvo melhor opinião, o requerido tem enquadramento legal nos termos da legislação referenciada pelo requerente.

Não obstante, sugere-se o parecer dos serviços jurídicos.

À consideração superior.

Em 2013/12/02

130





CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

GABINETE JURÍDICO

Parecer:

Despacho:

[Handwritten signatures and initials]

<i>Proc. nº:</i>	<i>Requerente:</i>
<i>Assunto: Acumulação de funções públicas e privadas. Avaliação</i>	<i>Data: 17.12.2013</i>

INFORMAÇÃO

Os funcionários Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa, António Mário Areosa Feio Cardoso Forte, técnicos superiores de arquitectura e Filipa Maria Barrancos Vieira Narciso Jourdan, técnica superior de desporto, vêm solicitar autorização para a acumulação de funções privadas, nos termos dos requerimentos que apresentam e que se dão por reproduzidos¹.

Vejamos a Lei:

- *Artigo 28.º Acumulação com funções privadas*
1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o exercício de funções não pode ser acumulado com o de funções ou atividades privadas.

¹ Em todos os requerimentos, por lapso, vem referida a Lei nº 24/2010 (02.09), quando a alteração à LVCR (Lei nº 12-A/2008), designadamente aos seus art. 28º e 29º que regulam o exercício em acumulação de funções públicas e privada, foi efectuada pela Lei nº 34/2010 (02.09).



2 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas desde que as mesmas não sejam concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflituantes.

3 - Consideram-se concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflituantes as funções ou atividades que, tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.

4 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ainda ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas que:

- a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;
- b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;
- c) Não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas;
- d) Não provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

• Artigo 29.º Autorização para acumulação de funções

1 - A acumulação de funções nos termos previstos nos artigos 27.º e 28.º depende de prévia autorização da entidade competente.

2 - Do requerimento a apresentar para o efeito deve constar a indicação:

- a) Do local do exercício da função ou atividade a acumular;
- b) Do horário em que ela se deve exercer;
- c) Da remuneração a auferir, quando seja o caso;
- d) Da natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respetivo conteúdo;
- e) Das razões por que o requerente entende que a acumulação, conforme os casos, é de manifesto interesse público ou não incorre no previsto nas alíneas a) e d) do n.º 4 do artigo anterior;
- f) Das razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características referidas nos n.ºs 2 e 3 e na alínea c) do n.º 4 do artigo anterior;



g) Do compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de ocorrência superveniente de conflito.

3 -

Os requerimentos apresentados mostram-se em conformidade com a lei, na medida em que contemplam todos os aspectos relevantes para a formulação do pedido.

Ainda que regra geral seja, actualmente, a proibição do exercício acumulado de funções públicas e privadas, a lei consente esse exercício desde que cumpridos determinados requisitos.

Apreciando os mesmos, a única questão relevante a apurar é a de saber se as funções de natureza privada que pretendem desenvolver podem, de algum modo, conflitar com as funções públicas exercidas.

A incompatibilidade de funções está dependente, pois, de 3 requisitos cumulativos: (i) identidade de conteúdo, (ii) exercício permanente ou habitual e (iii) mesmo círculo de destinatários,

Relativamente a todos os requerentes, é claro que não se verifica o terceiro requisito, tanto quanto basta para que não se verifique qualquer impedimento ao exercício acumulado de funções públicas e privadas.

Nestes termos, nada obsta ao deferimento dos pedidos apresentados

O Consultor Jurídico

B. R. H. .
 f. inf. mun.
 Almeirim, 09 / 11 / 09
 O Presidente da Câmara.
 [Assinatura]

Exmº Senhor
 Presidente da Câmara Municipal de
 Almeirim

António Mário Arcosa Feio Cardoso Forte, funcionário da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artº29 da Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro, requerer a Vª Exª se digna autorizar a acumulação de funções privadas na seguintes condições que passo a declarar:

a) Predominantemente a actividade será desenvolvida na Av 25 de Abril nº44-A r/ch dtº em Santarém, sede da empresa Trivium, Arquitectura e Urbanismo Lda. A actividade a acumular é a de elaboração de projectos de arquitectura e eventualmente de especialidades, direcção e fiscalização de obras relativo a operações urbanísticas reguladas pelo Regime Jurídico de Urbanização e de Edificação a realizar em espaço territorial exterior ao limite do concelho de Almeirim;

b) O horário a praticar é o pós-laboral;

c) A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado depender do mercado de trabalho;

d) Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na concepção de concepção de projectos de arquitectura e eventualmente especialidades, direcção e fiscalização de obras relativos a operações urbanísticas;

e) Da actividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:

- Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da concepção técnico-arquitectónica;
- Permite a troca de conhecimentos/procedimentos e realidades com outras autarquias no âmbito do RJUE;
- Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas porquanto esta se encontra restrita à área geográfica correspondente ao concelho de Almeirim. Por sua vez, a actividade privada não será exercida nesta zona territorial;
- Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas a tecidos geográficos diferentes e com administrações/gestões autárquicas distintas e autónomas;

f) Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a actividade em acumulação

Pede deferimento

Almeirim, 16 de Novembro de 2009

[Assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	0602.ind
ENTRADA	380
DATA	17/11/09
DESTINO	B.R.H.

[Assinaturas e rubricas]

cu
Atensas as razões invocadas e porque
foi apresentado o compromisso de assu-
mção de funções em acumulação em
caso de incompatibilidade, não
obstante as defenidas de pretensão
e sequente

Atr. 25.11.07


?

Defensor

19/11/27



João Gonçalves

 20/11/08

António Rocha Pinto

**Exmo. Senhor:
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim**

António Xavier Martins da Rocha Pinto, engenheiro civil, técnico superior, portador do cartão de cidadão 5369207 1ZZ7 vem, nos termos da Lei, requerer a V. Exa^a se digne autorizá-lo a acumular funções privadas declarando desde já:

- Que o local de exercício dessa actividade é a Rua Serpa Pinto, 86, 1º dto tardoz, 2000-046 Santarém.
- Que o horário a praticar será pós-laboral
- Que a remuneração a auferir é de impossível determinação prévia dado depender da conjuntura e do mercado
- O trabalho tem carácter autónomo, consistindo na elaboração de projectos, direcção e fiscalização de obras e na avaliação imobiliária
- Não existirá qualquer conflito ético ou legal, quer por o trabalho se desenvolver em horário pós laboral, quer por a sua actividade, nomeadamente de projecto, não ocorrer no concelho de Almeirim
- Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses compromete-se a cessar de imediato a actividade em acumulação.

Almeirim, 27 de Dezembro de 10

Pede deferimento

L. M. L. B. U. R.

MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06028us
ENTRADA	57
DATA	25/01/2011

Olegario fue examinado legalmente y
hallado en condiciones de salud. No. Act. 28.
is RICKT, obtenido por el N. 12-A/2008, de
14/02.

[illegible][illegible]

A Good Housekeeping.

June 26-01-2011



Devido
14/01/26
27/6

to me - when I
27.1.11

22

Deferido
mas suspensões
até
 Almeirim, 09. 11. 20
 O Presidente da Câmara.
AT



Ex^o Senhor Presidente
 da Câmara Municipal de Almeirim

Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa, funcionário da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artº29 da Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro, requerer a Vª Ex.^a se digna autorizar a acumulação de funções privadas na seguintes condições que passo a declarar:

- a) Predominantemente a actividade será desenvolvida na Avenida 25 de Abril nº44-A r/chão Dtº em Santarém, sede da empresa Trivium, Arquitectura e Urbanismo Lda.
 A actividade a acumular é a de elaboração de projectos de arquitectura, direcção e fiscalização de obras relativo a operações urbanísticas reguladas pelo Regime Jurídico de Urbanização e de Edificação a realizar em espaço territorial exterior ao limite do concelho de Almeirim.
- b) O horário a praticar é o pós-laboral.
- c) A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado depender do mercado de trabalho.
- d) Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na concepção de concepção de projectos de arquitectura, direcção e fiscalização de obras relativos a operações urbanísticas.
- e) Da actividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
- Permite a aquisição de conhecimentos e no âmbito da concepção arquitectónica.
 - Permite a troca de conhecimentos/procedimentos e realidades com outras autarquias.
 - Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas porquanto esta se encontra restrita à área geográfica correspondente ao concelho de Almeirim. Por sua vez, a actividade privada não será exercida nesta zona territorial;
 - Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, por se tratarem de funções exercidas e destinadas a tecidos geográficos diferentes e com administrações/gestões autárquicas distintas e autónomas;
- f) Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

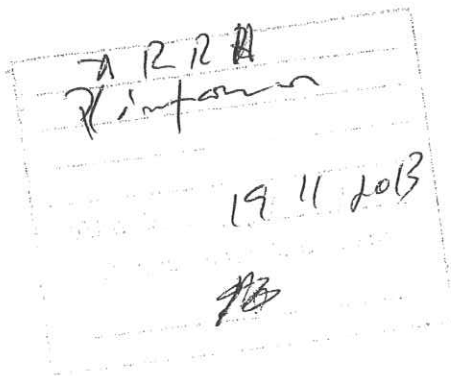
Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a actividade em acumulação

Pede deferimento

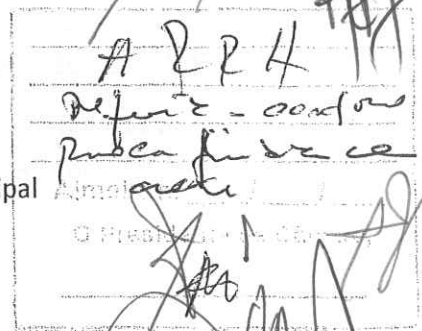
Almeirim, 20 de Novembro de 2009

Artur Sampaio da Costa
 Artur Sampaio da Costa

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.ind
ENTRADA	500
DATA	20/11/2009
DESTINO	R.R.H.



Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal
de Almeirim



Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa, funcionário da carreira Técnica Superior do quadro de pessoal do Município de Almeirim, vem nos termos do Artº29 da Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei nº 24/2010 de 2 de Setembro requerer a Vª Exª se digne autorizar a acumulação de funções privadas nas seguintes condições que passo a declarar.

1. Predominantemente a atividade será desenvolvida na Rua Fernão Teles de Menezes nº26 CV em Santarém, sede da empresa Trivium, Arquitectura e Urbanismo Lda. A atividade a acumular com a elaboração de projetos de arquitetura e eventualmente de especialidades, direcção e fiscalização de obras relativas a operações urbanísticas reguladas pelo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação a realizar em espaço territorial exterior ao limite do concelho de Almeirim;
2. O horário a praticar é o pós-laboral;
3. A remuneração ao auferir não é possível de determinação prévia, ado de depender do mercado de trabalho;
4. Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste na concepção de projetos de arquitetura e eventualmente de especialidades, direcção e fiscalização de obras reativas a operações urbanísticas;
5. Da atividade a desenvolver entende-se de realçar as seguintes razões:
 - a. Permite a aquisição de conhecimentos e sensibilidades técnicas no âmbito da concepção técnica-arquitectónica;
 - b. Permite a troca de conhecimentos/procedimentos e realidades com outras autarquias no âmbito do RJUE;
 - c. Não existe qualquer incompatibilidade com as funções públicas porquanto esta se encontra restrita à área geográfico correspondente ao concelho de Almeirim. Por sua vez, a atividade privada não será realizada nesta zona territorial;
 - d. Não existe qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos os cidadãos, por se tratar de funções exercidas e destinadas a tecidos geográficos diferentes e com administrações/gestões autárquicas distintas e autónomas;
6. Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de concorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a atividade em acumulação

Pede deferimento

Almeirim, 18 de Novembro de 2013

Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa

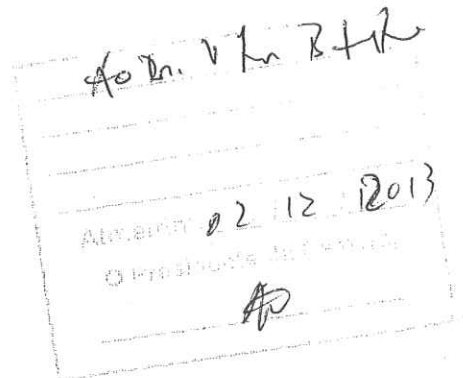
RH/INFORMAÇÃO

Salvo melhor opinião, o requerido tem enquadramento legal nos termos da legislação referenciada pelo requerente.

Não obstante, sugere-se o parecer dos serviços jurídicos.

À consideração superior.

Em 2013/12/02





CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

GABINETE JURÍDICO

Parecer:

Despacho:

[Handwritten signatures and initials]

<i>Proc. n.º:</i>	<i>Requerente:</i>
<i>Assunto: Acumulação de funções públicas e privadas. Apreciação</i>	<i>Data: 17.12.2013</i>

INFORMAÇÃO

Os funcionários Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa, António Mário Areosa Feio Cardoso Forte, técnicos superiores de arquitectura e Filipa Maria Barrancos Vieira Narciso Jourdan, técnica superior de desporto, vêm solicitar autorização para a acumulação de funções privadas, nos termos dos requerimentos que apresentam e que se dão por reproduzidos¹.

Vejamos a Lei:

- *Artigo 28.º Acumulação com funções privadas*

1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o exercício de funções não pode ser acumulado com o de funções ou atividades privadas.

¹ Em todos os requerimentos, por lapso, vem referida a Lei nº 24/2010 (02.09), quando a alteração à LVCR (Lei nº 12-A/2008), designadamente aos seus art. 28º e 29º que regulam o exercício em acumulação de funções públicas e privada, foi efectuada pela Lei nº 34/2010 (02.09).



2 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas desde que as mesmas não sejam concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflituantes.

3 - Consideram-se concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflituantes as funções ou atividades que, tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.

4 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ainda ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas que:

- a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;
- b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;
- c) Não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas;
- d) Não provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

- **Artigo 29.º Autorização para acumulação de funções**

1 - A acumulação de funções nos termos previstos nos artigos 27.º e 28.º depende de prévia autorização da entidade competente.

2 - Do requerimento a apresentar para o efeito deve constar a indicação:

- a) Do local do exercício da função ou atividade a acumular;
- b) Do horário em que ela se deve exercer;
- c) Da remuneração a auferir, quando seja o caso;
- d) Da natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respetivo conteúdo;
- e) Das razões por que o requerente entende que a acumulação, conforme os casos, é de manifesto interesse público ou não incorre no previsto nas alíneas a) e d) do n.º 4 do artigo anterior;
- f) Das razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características referidas nos n.ºs 2 e 3 e na alínea c) do n.º 4 do artigo anterior;



g) Do compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de ocorrência superveniente de conflito.

3 -

Os requerimentos apresentados mostram-se em conformidade com a lei, na medida em que contemplam todos os aspectos relevantes para a formulação do pedido.

Ainda que regra geral seja, actualmente, a proibição do exercício acumulado de funções públicas e privadas, a lei consente esse exercício desde que cumpridos determinados requisitos.

Apreciando os mesmos, a única questão relevante a apurar é a de saber se as funções de natureza privada que pretendem desenvolver podem, de algum modo, conflitar com as funções públicas exercidas.

A incompatibilidade de funções está dependente, pois, de 3 requisitos cumulativos: (i) identidade de conteúdo, (ii) exercício permanente ou habitual e (iii) mesmo círculo de destinatários,

Relativamente a todos os requerentes, é claro que não se verifica o terceiro requisito, tanto quanto basta para que não se verifique qualquer impedimento ao exercício acumulado de funções públicas e privadas.

Nestes termos, nada obsta ao deferimento dos pedidos apresentados

O Consultor Jurídico

A
R.R.H.

Almeirim, 05/04/2011
Presidente da Câmara,

Exmo. Senhor :
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim.

[Handwritten signatures and initials]

Maria de Fátima das Neves Lopes, engenheira Civil, técnica Superior, portadora do cartão de cidadão n.º 0566595 4ZZO vem, nos termos da Lei, requerer a V. Ex.ª se digne autorizá-la a acumular funções privadas sobre as quais declara que:

- O local do exercício da actividade é na morada da sua habitação permanente;
- O horário que pratica nessa actividade é pós-laboral;
- A Remuneração a auferir não é possível determinar previamente dado que depende do mercado;
- O trabalho a praticar consiste na elaboração de projectos de engenharia e acompanhamento de obra;
- Não existe conflitos éticos e legais dado que o trabalho a desenvolver é para fora do Concelho de Almeirim e em horário pós laboral;
- Compromete-se ainda que em caso de conflito de interesses cessa de imediato a actividade em acumulação.

Almeirim, 5 de Abril de 2011-04-05

Pede deferimento,

[Handwritten signature: Maria de Fátima das Neves Lopes]

tomou conhecimento.
13/04/2011
[Handwritten signature]

cs
Tendo em conta o quadro
acima exposto, poderá ser
autorizada a acumulação
de funções.

A actividade é poder dispor
do Sr. Presidente.

Mr, 12.04.11

[Handwritten word: Deferido]

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06-02-31
ENTRADA	130
DATA	5.04.2011
DESTINO	R.R.

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Deferido
00/11/19
HJ

[Handwritten signatures and initials]

Eu, José Jacinto Pereira dos Santos Funcionário desta Câmara com a Categoria de Operário semi-qualificado, venho mui respeitosamente solicitar autorização ao Sr. Presidente para no horário pós laboral desempenhar as funções de Topógrafo. Esse serviço será prestado dentro e fora do nosso Concelho. Querendo estar legalizado para que não haja problemas já procedi à abertura de início de actividade. Como a actividade que desempenho não choca com o meu horário laboral nem como as funções que desempenho nesta Câmara sou pois a pedir mui atenciosamente que defira este meu pedido. Sem mais com o devido respeito.

Almeirim, 18 de Dezembro de 2006

[Handwritten signature of José Jacinto Pereira dos Santos]
José Jacinto Pereira dos Santos

Tomei conhecimento

2-02-2007

[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.2nd
ENTRADA	
DATA	19 DEZ 2006
DESTINO	

Deferido
Almeirim, 06/12/17
O Presidente da Câmara,
<i>[Signature]</i>

Exm.º Snr.
Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

[Handwritten notes and signatures]

Assunto: ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Moisés Ribeiro Rego, Motorista de Pesados, dessa Câmara Municipal, tendo em conta os art.ºs. 31.º, n.º 3, alínea a) e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, vem junto de V.Ex.ª, solicitar a autorização de acumulação de funções, indicando para o efeito o seguinte:

1. O local de exercício é diverso, isto é, local dependente da entidade requisitante;
2. As actividades a acumular são a de restauração e a de Motorista de transportes colectivos;
3. O trabalho a prestar tem carácter autónomo (*profissional liberal*);
4. O seu conteúdo resume-se a serviço de mesas e a de condutor. Não existe remuneração determinada, dado que esta vai depender da quantidade dos serviços a prestar;
5. Verifica-se inexistência de conflito entre as funções mencionadas com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico - motorista de pesados;
6. Compromete-se a cessar imediatamente as actividades acumuladas se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Pede Deferimento

Almeirim, 14 de Dezembro de 2006

O Requerente,

Moisés Ribeiro Rego

*100% Conhecimentos
em 22-12-06
[Signature]*

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06-02-2nd
ENTRADA	
DATA	14-DEZ-2006
DESTINO	

Sent color copy
you or interest
to Rev. S. J.
Lefebvre
Apr 07 101 81
O'Connell & Co.

~~JF~~

EXM^o SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

ANTÔNIO FERNANDO CLÁUDIO CRUZ, COM A
CATEGORIA DE TÉCNICO PROFISSIONAL ESPECIALISTA
(TOPÓGRAFO ESPECIALISTA).

VENHO REQUER AUTORIZAÇÃO PARA NO PERÍODO PÓS-LABORAL, PODER EXERCER A ACTIVIDADE DE TOPÓGRAFO EM SERVIÇO PARTICULAR \ PRIVADO, O QUAL PODE SER EXERCIDO NO CONCELHO OU FORA DESTE.

CASO A REFERIDA AUTORIZAÇÃO IMPLIQUE INCOMPATIBILIDADE PARA O SERVIÇO, DE IMEDIATO CESSAREI O REGIME DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES.

PEDE DEFERIMENTO

ALMEIRIM, 24 DE JANEIRO DE 2007

O REQUERENTE

Antonio Cruz

Lower Cretaceous
02.02.07
Adrian

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.25
NÚMERO	
DATA	30/Jan. 1978
ASSINATURA	

*Deferido pelo
comitê de membros
legais ou representantes
com paridade funcional
02/05/02*

[Assinatura]

Exm.º Snr.
Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

[Assinaturas e rubricas]

Assunto: **ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES**

Mário João Nogueira Capela, Porta-Miras dessa Câmara Municipal, tendo em conta os artºs. 31.º, n.º 3, alínea a) e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, vem junto de V.Ex.ª, solicitar a autorização de acumulação de funções, para em período pós-laboral poder exercer a actividade com comércio a retalho e artigos de pesca.

Relativamente à actividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico.

Compromete-se a cessar imediatamente a actividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Pede Deferimento

Almeirim, 2 de Maio de 2007

O Requerente,

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	16.02.2nd
ENTRADA	180
DATA	20/05/02
DESTINO	R.R.H

Mário João Nogueira Capela

Manuel Francisco Barradas Russo
Rua de Coruche Bloco 9 - 3º Esquerdo
2080 Almeirim

Almeirim, _____
O Presidente da Câmara

Presente neste o dia 09 de setembro de 2008 às 15.30 horas.

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal Almeirim
Rua 5 de Outubro
2080 Almeirim

A acumulação de funções a realizar-se
Terça-feira a partir das 15.45 horas

2008 - 11 - 2008

Exmo. Sr.

Eu, Manuel Francisco Barradas Russo, residente em Almeirim, com o BI numero 7869458 emitido em Santarém, funcionário efectivo na Câmara Municipal de Almeirim, com a Categoria de Técnico Profissional Principal, a desempenhar funções nas Piscinas Municipais, venho por este meio informar que recebi, como no ano anterior, novo convite da Empresa EDUTEC para leccionar Expressão Física e Motora nas escolas do concelho de Almeirim para a época escolar de 2008 / 09.

Nos termos do artigo 28 e seguintes da lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, solicito a V. Exa. se digne autorizar a acumulação de funções, para os referidos efeitos se indica:

A actividade passa por leccionar aulas de expressão Física e Motora aos alunos das referidas escolas. O local é diverso já que é em várias escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Almeirim. A Actividade a exercer é liberal.

Informo ainda, que no decorrer da época 2008/09 estarei a desempenhar funções de Treinador de Futebol na Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, com treinos às 3ª, 5ª e 6ª Feiras com início às 20.00 horas e jogos ao Domingo, salvo excepções de necessidade (aumento ou diminuição de treinos) ou de acordo entre os clubes (jogos aos Sábados).

Mais informo V. Exa., que não existe conflito entre as funções exercidas por mim na autarquia e as que proponho para acumulação.

Pede deferimento.

Almeirim, 29 de Setembro de 2008

CS

O requerimento não satisfaz totalmente

o requisito legal, na medida em que não
explicita a totalidade do horário a ser

que desempenhará funções em acumulação

tema em vista classificar que não
existe sobreposição de horários (art 28º/14, al

b) Lei nº. 12-A/02)

Alm, 21.10.08

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02. Ind
ENTRADA	
DATA	20/10/2008
DESTINO	R.R.H

Notifique-se f:
na presença
08/10/21

lower cabecamento 193

(1)

Tendo em conta o esclarecimento
prestado pelo interessado e o parecer
do Sr. Vereador, não há obstáculo
ao deferimento

XV, 04. 11. 08



Deferido

04/11/08





Tomei conhecimento

e 06-11-2008



*Deferido com
respeito ao cumprimento
da alçada do)*

Almeirim, 10/01/18

O Presidente da Câmara,

[Assinatura]



Exmo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Nuno Miguel Barros Santiago, funcionário da carreira de Assistente Operacional, do quadro de pessoal do Município de Almeirim, requer a V. Exa., nos termos do Artigo 29º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, **se digne autorizar a acumulação de funções privadas** nas seguintes condições que declara:

- a) Predominantemente a actividade será desenvolvida de acordo com as solicitações do Mercado;
- b) O horário a praticar é o pós-laboral;
- c) A remuneração a auferir não é possível de determinação prévia, dado depender do mercado de trabalho;
- d) Na generalidade o trabalho possui natureza autónoma e o seu conteúdo consiste em trabalhos ligados à indústria metalúrgica (Serralheiro Civil);
- e) Não existe qualquer conflito com as funções públicas desempenhadas, pelo facto de a função a acumular de forma alguma ser concorrente com a função pública desempenhada, bem como não ser desenvolvida de forma permanente ou habitual para o mesmo círculo de destinatários;

Mais declara que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses, compromete-se a cessar imediatamente a actividade em acumulação.

Almeirim, 15 de Janeiro de 2009.

funcionário *Almeirim*
[Assinatura] 9. 2. 2010

Pede Deferimento,

O Funcionário,

[Assinatura]
Nuno Miguel Barros Santiago

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02.804
ENTRADA	20
DATA	2010/01/15
DESTINO	

[Assinatura]

R.A.H.
Almeirim, 08/10/08
O Presidente da Câmara,
<i>[Signature]</i>

Exmo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
Almeirim

[Handwritten signatures and initials]

Ana Maria Galão Veríssimo, Assistente de acção Educativa, dessa Câmara Municipal, tendo em conta o artigo 28º da Lei 12-A/2008, de 27 Fevereiro, vem junto de V. Exª solicitar autorização de acumulação de funções, como comissionista, com exercício de funções apenas fora do horário de trabalho.

Relativamente à actividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico.

Compromete-se a cessar imediatamente a actividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Almeirim, 06 de Outubro de 2008.

[Signature]
20/10/2008

Pede Deferimento,

U
Nº 22.0652
At, 16.10.08

Deferido
08/10/08

O Requerente,

[Signature]

[Signature]

[Signature]

2008-00
22/10/2008

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02. IND
ENTRADA*	
DATA	06/10/2008
DESTINO	R. R. H

Exm.º Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Deferido

Teresa Isabel de Matos Alexandre, portadora do Bilhete de Identidade n.º 8546382, emitido por Santarém em 1/07/2005 e Contribuinte Fiscal Pessoa Singular n.º 193627655, Assistente Técnica do Mapa de Pessoal dessa Câmara Municipal, vinculada por um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, vem nos termos do Art.º 29, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, requerer a V.Ex.ª se digne autorizar a acumulação de funções privadas conforme prevê o Art.º 28.º do mesmo diploma, nas condições que passo a expor:

1. A actividade para que estou a requer a devida autorização, será desenvolvida como caixa e em limpezas e arrumos de edifícios.
2. As actividades identificadas serão executadas em horário pós-laboral.
3. A remuneração a auferir, não é possível determiná-la previamente, pois vai depender das horas e dos dias em que acumulará as referidas actividades.
4. As referidas actividades não são concorrentes ou similares, nem conflituantes com as desempenhadas na Câmara Municipal (*Assistente Técnica, com a actividade profissional de administrativa*).
5. Não obstante, declaro que em caso de ocorrência superveniente de conflito de interesses – funções públicas/funções privadas – compromete-se a cessar imediatamente as actividades em acumulação.

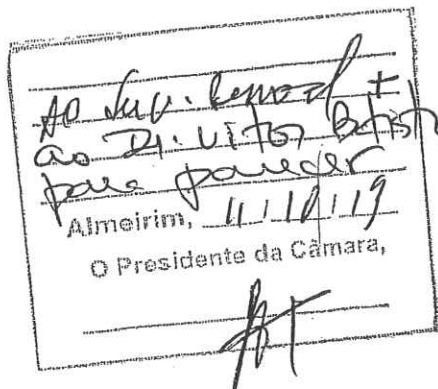
Pede deferimento.

Almeirim, 28 de Setembro de 2010

A Requerente,

Teresa Isabel de Matos Alexandre

*três contínuos
em 29/9/2010
terceira dorcas*



1
de Vereadores
Citim. para
11/10/11
[Signature]

Ex.º Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

LUISA MARIA REIS FERREIRA, Assistente Operacional com a actividade profissional de AUXILIAR ACCAO EDUCATIVA, em exercício de funções na Escola dos Charcos/Agrupamento de Escolas Febo Moniz de Almeirim, vinculada por um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, vem ao abrigo do Art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, solicitar a V.Ex.ª autorização para acumular as funções que exerce como trabalhadora do Município, com funções de âmbito privado, designadamente empregada de balcão.

Relativamente às funções para que está a requerer a necessária autorização de acumulação, informa que as mesmas não são concorrentes ou similares nem conflitantes com aquelas que desempenha no Município e concretamente na Escola dos Charcos.

Não obstante, compromete-se a cessar imediatamente as funções acumuladas, caso venha a verificar-se algum conflito de interesses entre estas e as que desempenha como trabalhadora do Município.

Pede Deferimento,

Almeirim, 13 de Outubro de 2011

O Requerente,

Luísa Maria Reis Ferreira

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06-02 J-2
ENTRADA	359
DATA	13.10.2011
DESTINO	R. H

2
Estão reunidas as condições para o deferimento do pedido, que é o poder discricionário do Sr. Presidente

Alr, 16.10.11


Luísa Maria Reis Ferreira

Tomei conhecimento

25-10-11

Dr. Marcelino

Julgo não existir impedimento
para o deferimento da situação
uma vez que a trabalhadora
continua a assegurar as
suas funções. Esclareço
fazer do Dr. V. por Bate
em relação ao assunto.

Atenciosamente 

Deferido por
Tribunal de Recurso
11/10/20





Ex.º Senhor
Presidente do Município de
Almeirim

Antônio João dos Santos Serôdio, Assistente Operacional, dessa Câmara Municipal, vem ao abrigo do Art.º 28º e 29º. do decreto-lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, vem junto de V.Ex.^a solicitar autorização de acumulação de funções que exerce como trabalhador do Município, com outras funções de âmbito privado em regime de funções apenas fora do horário de trabalho.

Essas funções visam o acompanhamento técnico de um Escalão de Formação em contexto de treino e de jogos calendarizados.

Relativamente às funções para que está a requerer a necessária autorização de acumulação e à actividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como trabalhador autárquico.

Não obstante, compromete-se a cessar imediatamente a actividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses entre estas e as que desempenha no Município.

Pede Deferimento.

Almeirim, 7 de Setembro de 2011

O Requerente,

Autism Sensory

Defunto

Almeirim, 11/02/15

O Presidente da Câmara,

[Signature]

não há obstáculos legais
ao desenvolvimento

Aug. 14, 1911

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM	
CLASSIF.	06.02-7.1
ENTRADA	918
DATA	2011.09.09
DESTINO	G.B.H.

'A'
R.P.H.
for information
2012/06/04

**Presidente da Câmara Municipal
de Almeirim**

Relativamente à atividade a desenvolver verifica-se inexistência de conflito entre as referidas funções com aquelas a que está obrigado como funcionário autárquico.

Comprometendo-se a cessar imediatamente a atividade acumulada se vier a verificar-se algum conflito de interesses nas funções desempenhadas.

Pede deferimento.

O requerente

Cândida Isabel Conceição Lopes

Cândida Isabel da Conceição Lopes

Louie
 Conhecimento
 2012/06/19
 André Lope

c) Não existe qualquer incompatibilidade entre o exercício das funções que se pretende cumular com as públicas, pelo se afigurar não haver qualquer óbice à sua

Deferido

Almeirim, 12/06/15

O Presidente da Câmara,

[Signature]

Sob a melhor interpretação, o presente
 tem respectivamente legal, nos termos
 da legislação referida por quem
 escreve, nomeadamente o Artº 28º da
 Lei nº 12-A/2008, de 27/02, que
 aprova o novo regime de vinhos,
castanhas e alimentos dos produtores
da Administração Pública.

Não obstante e, em a favor
 da Ociosidade que a "PROTEÇÃO
 DE ENERGIA ELÉCTRICA" sugere de
 o poder dos Serviços Jurídicos.

A Encarregado Superior

Lee 4-06-2012

R. H.


AO D. Vitor Batista

para informação

2012/06/05



Defendido
Pelo advogado
da base de trabalho
04/06/2013

Exmo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

(nome) João Fernando Xavier bilhete
de identidade/cartão do cidadão n.º 07422483, válido
até 12/03/2015, contribuinte fiscal n.º 146185609,

(categoria) Fiscal Municipal, a exercer a sua atividade no
serviço de Higiene e Limpeza, departamento/divisão
de Obras e Ambiente, vem, nos termos do artigo 29.º da
Lei n.º 12-A/2008, de 27-2 e ulteriores alterações, solicitar autorização para acumulação de
funções públicas/privadas de Feirante não concorrentes ou
similares com as funções públicas que desempenho e com estas não conflitantes.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada
pela Lei n.º 34/2010, de 2 de Setembro), passo a indicar a situação concreta, das funções
a acumular, relativamente às alíneas a); b); c); d); e); f) e g), daquela norma:

a) Em várias localidades.

b) Em horário pós laboral.

c) Com remuneração imprevisível.

d) Venda de antiguidades, velharias e artigos usados. - natureza autónoma

e) Não são incompatíveis com as funções públicas que desempenho.

Não comprometem a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas que
Desempenho.

f) As funções a desempenhar não são concorrentes ou similares com as funções públicas que
desempenho e que com estas sejam conflitantes.

g) Com o compromisso de cessação imediata da função ou actividade acumulada no caso de ocorrência
superveniente de conflito.

Almeirim, 05 de junho de 2013.

O(A) Requerente,

João Fernando Xavier

11/06/2013

João Fernando Xavier

João Fernando Xavier

Nota: Artigo 28.º Lei 12-A/2008, de 27-2, alterada pela Lei n.º 34/2010, de 2-9.

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o exercício de funções não pode ser acumulado com o de funções ou actividades privadas.

2 — A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou actividades privadas desde que as mesmas não sejam concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflitantes.

3 — Consideram-se concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflitantes as funções ou actividades que, tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.

4 — A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ainda ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou actividades privadas que:

a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;

b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;

Deferido
H

Ex.º Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Assunto: Pedido de autorização para acumulação de funções

Eu, Maria do Rosário Alfaiate Russo, Técnica Superior a desempenhar funções no Gabinete de Acção Social, venho expor e solicitar o seguinte:

De acordo com a Lei nº12-A/2008 de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mesmos necessitam de autorização da entidade competente para acumulação de funções, tal como se encontra previsto nos art. 28º e 29º. Neste sentido solicito a autorização, por parte de V. Ex.ª para poder fazer parte, como vogal, da Direcção do Centro Paroquial de Bem-estar Social de Almeirim. Trata-se de uma IPSS (instituição particular de solidariedade social), com sede em Almeirim, que desenvolve várias respostas sociais, nomeadamente com valências nas áreas: infância e juventude (creche, jardim de infância e atl) e idosos (lar, centro de convívio e apoio domiciliário).

As reuniões serão em horário pós-laboral, sendo o meu contributo como voluntária, não auferindo ~~consequentemente~~ qualquer tipo de remuneração. Do exercício desta função não parece que resulte qualquer prejuízo para o interesse público, nem qualquer fonte de conflitualidade com as tarefas que desenvolvo no meu desempenho profissional, contudo e caso as condições se venham a alterar, cessarei de imediato estas funções.

Pede deferimento

Põe-me conhecimento
26/3/13
Handwritten signature

Almeirim, 25 de Março de 2013

Handwritten signature

Põe em conhecimento
individual
Handwritten signature
26-03-2013

Exmo Senhor

Presidente da Câmara Municipal
de Almeirim

[Handwritten signatures and stamps]
A. A. H. M. X
Difusão
11/09/2013

Rui Manuel Louraço, bilhete de identidade n.º 8223035, válido até 28-06-2014, contribuinte fiscal n.º 173926410, assistente técnico, a exercer a sua atividade no serviço de apoio a sessões, da divisão de administração e recursos humanos, vem, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27-2 e ulteriores alterações, solicitar autorização para acumulação das suas funções públicas com as seguintes funções privadas

- promotor bancário;
- fotojornalista;
- consultor de imagem, e
- formador profissional

não concorrentes ou similares com as funções públicas que desempenho e com estas não conflituantes.

Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 34/2010, de 2 de Setembro, passo a indicar a situação concreta, das funções a acumular, relativamente às alíneas a); b); c); d); e); f) e g), daquela norma:

- a) O exercício destas atividades verifica-se em todo o território nacional;
- b) Todas estas atividades são realizadas em horário pós-laboral incluindo sábados, domingos e feriados;
- c) Não é possível quantificar a remuneração a auferir relativamente às atividades referidas, uma vez que esta é variável;
- d) Qualquer das atividades são desenvolvidas de forma autónoma e delas consta, resumidamente venda de produtos bancários, reportagens fotográficas, elaboração de cartazes publicitários e formação na área da comunicação e multimédia;

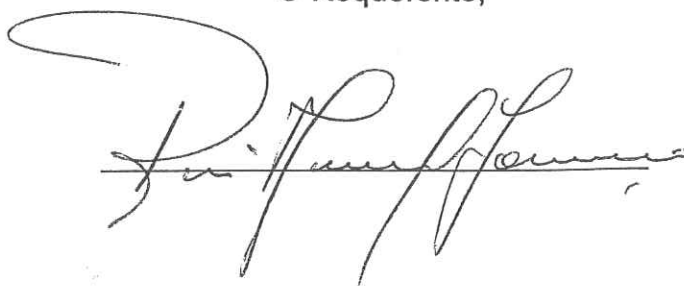
e) As atividades a desenvolver não estão no âmbito do exercício de funções exclusivamente públicas, vão ser exercidas em horário referido na alínea b). Ao serem exercidas a nível nacional não comprometem a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas que exerço, não provocando qualquer prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

f) As atividades a desempenhar não têm conteúdo idêntico ao das funções públicas que desempenho, e não são desenvolvidas de forma permanente ou habitual nem dirigidas exclusivamente ao mesmo círculo de destinatários.

g) Comprometo-me a cessar de imediato qualquer das atividades acima referidas no caso de ocorrência superveniente de conflito.

Almeirim, 1 de agosto de 2013.

O Requerente,

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is stylized and cursive, appearing to be 'J. P. Almeida'.

RH/Informação

Salvo melhor opinião, o requerido tem enquadramento legal nos termos da legislação referenciada pela requerente.

Não obstante, sugere-se o parecer dos serviços jurídicos.

À consideração superior,

Em 2013/12/10

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'R. S. S.', is written below the date.



CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

GABINETE JURÍDICO

Parecer:

Despacho:

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

<i>Proc. n.º:</i>	<i>Requerente:</i>
<i>Assunto: Acumulação de funções públicas e privadas. Apreciação</i>	<i>Data: 17.12.2013</i>

INFORMAÇÃO

Os funcionários Artur Álvaro dos Santos Sampaio da Costa, António Mário Areosa Feio Cardoso Forte, técnicos superiores de arquitectura e Filipa Maria Barrancos Vieira Narciso Jourdan, técnica superior de desporto, vêm solicitar autorização para a acumulação de funções privadas, nos termos dos requerimentos que apresentam e que se dão por reproduzidos¹.

Vejamos a Lei:

- *Artigo 28.º Acumulação com funções privadas*
1 Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o exercício de funções não pode ser acumulado com o de funções ou atividades privadas.

¹ Em todos os requerimentos, por lapso, vem referida a Lei nº 24/2010 (02.09), quando a alteração à LVCR (Lei nº 12-A/2008), designadamente aos seus art. 28º e 29º que regulam o exercício em acumulação de funções públicas e privada, foi efectuada pela Lei nº 34/2010 (02.09).



2 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas desde que as mesmas não sejam concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflitantes.

3 - Consideram-se concorrentes ou similares com as funções públicas desempenhadas e que com estas sejam conflitantes as funções ou atividades que, tendo conteúdo idêntico ao das funções públicas desempenhadas, sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.

4 - A título remunerado ou não, em regime de trabalho autónomo ou subordinado, podem ainda ser acumuladas, pelo trabalhador ou por interposta pessoa, funções ou atividades privadas que:

- a) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas;
- b) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas;
- c) Não comprometam a isenção e a imparcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas;
- d) Não provoquem algum prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

- **Artigo 29.º Autorização para acumulação de funções**

1 - A acumulação de funções nos termos previstos nos artigos 27.º e 28.º depende de prévia autorização da entidade competente.

2 - Do requerimento a apresentar para o efeito deve constar a indicação:

- a) Do local do exercício da função ou atividade a acumular;
- b) Do horário em que ela se deve exercer;
- c) Da remuneração a auferir, quando seja o caso;
- d) Da natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e do respetivo conteúdo;
- e) Das razões por que o requerente entende que a acumulação, conforme os casos, é de manifesto interesse público ou não incorre no previsto nas alíneas a) e d) do n.º 4 do artigo anterior;
- f) Das razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas, designadamente por a função a acumular não revestir as características referidas nos n.ºs 2 e 3 e na alínea c) do n.º 4 do artigo anterior;



g) Do compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de ocorrência superveniente de conflito.

3 -

Os requerimentos apresentados mostram-se em conformidade com a lei, na medida em que contemplam todos os aspectos relevantes para a formulação do pedido.

Ainda que regra geral seja, actualmente, a proibição do exercício acumulado de funções públicas e privadas, a lei consente esse exercício desde que cumpridos determinados requisitos.

Apreciando os mesmos, a única questão relevante a apurar é a de saber se as funções de natureza privada que pretendem desenvolver podem, de algum modo, conflitar com as funções públicas exercidas.

A incompatibilidade de funções está dependente, pois, de 3 requisitos cumulativos: (i) identidade de conteúdo, (ii) exercício permanente ou habitual e (iii) mesmo círculo de destinatários,

Relativamente a todos os requerentes, é claro que não se verifica o terceiro requisito, tanto quanto basta para que não se verifique qualquer impedimento ao exercício acumulado de funções públicas e privadas.

Nestes termos, nada obsta ao deferimento dos pedidos apresentados

O Consultor Jurídico

[Handwritten signatures and initials]

Relação Nominal dos Responsáveis

ANEXO VIII

Designação da entidade		Relação Nominal dos Responsáveis			
Gerência		Município de Almeirim			
Nome		de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2013			
	Situação Na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Período de Responsabilidade	Morada	
José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes	Presidente da Câmara	6 963,84€	01 janeiro a 18 outubro	Rua Condessa Junqueira, nº108 A 2080-069 Almeirim	
José Carlos da Silva	Vereador Tempo Inteiro	19 033,11€	01 janeiro a 18 outubro	Rua D. Gonçalo da Silveira, nº 27 R/c -2080-114 Almeirim	
José Manuel Aranha Figueiredo	Vereador	2 129,08€	01 janeiro a 18 outubro	Rua Augusto do Carmo , Ribeiro, nº25 1º Dt-2080-063 Almeirim	
Nuno Miguel Silva Pinhão Damaso Fazenda	Vereador	2 060,40€	01 julho a 18 outubro	Rua Bernardo Santareno 3-6º.Dto-2005-177 Santarém	
Sandra Maria Nazario Bettencourt Isabelinha	Vereadora Tempo Inteiro	13 435,29€	01 abril a 18 outubro	Rua Edmundo Loureiro Gaga 40 Casa St.Marta Foros de Benfica 2080-400 Benfica Ribatejo	
Maria Fátima Rodrigues Pina	Vereadora	130,34€	01 janeiro a 31 março	Rua Almirante Reis, 7-1º 2080-060 Almeirim	
Pedro Miguel César Ribeiro	Vice-presidente	15 613,97€	01 janeiro a 18 outubro	Rua Infante D. Henrique, nº. 13 2080-145 Almeirim	
Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira	Presidente da Câmara	5 023,29€	19 outubro a 31 dezembro	Rua José Peixe 2080-581 Fazendas de Almeirim	
Paulo Vladimiro Santana Caetano	Vereadora Tempo Inteiro	22 664,87€	01 janeiro a 31 dezembro	RªAfonso Albuquerque, 1-R/ch-Dtº. -2080-007Almeirim	
Paulo Vladimiro Santana Caetano	Vereador	0,00€	19 outubro 31 outubro		
Paulo Vladimiro Santana Caetano	Vice-presidente	4 071,68€	1 novembro 31 dezembro		
Eurico Manuel Lopes Henriques	Vereador	343,40€	19 outubro a 31 dezembro	Rua dos Aliados n. 101-2080-116 Almeirim	
Joaquim Francisco Leonor Sampaio	Vereador Tempo Inteiro	3 117,38€	19 outubro a 31 dezembro	Urbanização Quinta S. Miguel, 32- 2 DTO 2080 Almeirim	
Manuel Sebastião Duarte Lopes	Vereador	0,00€	19 outubro a 31 dezembro	Rua General Humberto Delgado, 29-R/Ch-2080-141Almeirim	
Sonia Isabel Santos Silva Colaço	Vereadora	274,72€	19 outubro a 31 dezembro	Rua Capitão Henrique Galvão, 64-2080-516Almeirim	

[Handwritten signatures and initials over the table data]

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou

financeira

Assinatura _____



Handwritten signature and initials in the top right corner.

-----CERTIDÃO-----

-----Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da
Câmara Municipal de Almeirim;-----

-----Certifica que:-----

-----Da acta da reunião realizada a vinte e um de Abril de dois
mil catorze, consta a seguinte deliberação:-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO RELATORIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
DE 2013 PARA POSTERIOR ENVIO PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----Presente a seguinte proposta pelo Senhor Presidente:-----

-----"Em cumprimento da alínea i) do número 1 do artigo 33º e
alínea l) do número 2 do artigo 25º, ambos da Lei 75/2013, de 12
de Setembro, conjugado com o número 1 do artigo 76º da Lei
número 73/2013, de 3 de Setembro, proponho ao Executivo, que
aprecie e aprove a Norma de Controlo Interno, bem como o
Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do
Município e ainda os documentos de Prestação de Contas
referentes ao exercício de 2013 a submeter posteriormente à
apreciação e votação da Assembleia Municipal".-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por maioria, com
os votos a favor do PS e duas abstenções da CDU e Coligação Amar
a Terra.-----

-----Por ser verdade e pedida passo a presente que faço
autenticar nos termos legais.-----

-----Paços do Concelho de Almeirim, vinte e oito de Abril de
dois mil e catorze.-----

A Assistente Técnica,

Teresa Isabel de Matos Alexandre



PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO 2013

APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL

A prestação de contas relativa ao ano financeiro de dois mil e treze foi aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião realizada em 21 de abril de 2014 de dois mil e catorze, por maioria.

APRECIAÇÃO VOTAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Prestação de Contas relativa ao ano financeiro de dois mil e treze foi presente à apreciação e votação em sessão (3) ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em 29 de abril de 2014, por(2) maioria.

O Presidente (1)

1º Secretário (1)

2º Secretário (1)

- (1) – Rubricar também as folhas.
- (2) – Indicar por unanimidade ou maioria.
- (3) – Ordinária ou Extraordinária.